



Compta - Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.

Exercício de 2003

~

Relatórios, Balanços e Contas



Compta - Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.

Exercício de 2003

~

Contas Individuais

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Prof. Doutor Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete	<i>Presidente</i>
Dr. Luís Frederico Redondo Lopes	<i>Vice Presidente</i>
Dr. António Manuel Lopes Chaves	<i>Secretário</i>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Vitor José Magalhães Assunção	<i>Presidente</i>
Dr. José Eugénio Soares Vinagre	<i>Administrador</i>
Sr. Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa	<i>Administrador Delegado</i>
Dr. ^a Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	<i>Vice Presidente</i>
Dr. João Arnaldo Rodrigues de Sousa	<i>Vice Presidente</i>
Sr. Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	<i>Administrador</i>
Dr. Helder José Mendonça Braz	<i>Administrador</i>

CONSELHO FISCAL

Dr. António José Caeiro da Motta Veiga	<i>Presidente</i>
Sr. José Manuel de Azeredo Vaz Pinto	<i>Vogal</i>
Dr. José de Oliveira Moreira, em representação de Moreira, Valente & Associados, S.R.O.C.	<i>Vogal</i>
Dr. Carlos de Jesus Pinto Carvalho, R.O.C.	<i>Suplente</i>

COMPTA – EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S.A.

Sede em Algés – Av. José Gomes Ferreira, nº 13 • Capital: € 15.000.000, realizado
Registada na C. do R. C. de Cascais sob o nº 15482 • N.I.P.C. 500069891 • Sociedade Aberta

**EXERCÍCIO DE 2003
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Accionistas,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, presta-se aqui informação clara e completa da actividade da **COMPTA – Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.** e submete-se à consideração de V. Exas. o Relatório, Balanço e Contas individuais, relativas ao exercício de 2003.

1. ACTIVIDADE E ESTRATÉGIA COMERCIAL

Manteve-se em 2003 o clima de recessão no mercado e na economia que já se vinha defrontando de há dois anos a esta parte. A economia portuguesa não reflectiu ainda a anunciada saída da crise. Têm-se atravessado períodos em que incipientes sinais pareciam apontar para tal mas, a seguir, voltam a surgir indicadores apontando num sentido negativo.

Assim, no exercício de 2003 a procura manteve-se em retracção, com reflexos muito negativos para toda a economia em geral e particularmente penalizadora dos Fornecedores de produtos à área das telecomunicações, sector onde a COMPTA desenvolve parte substancial da sua actividade. A COMPTA é um reconhecido Fornecedor de soluções integradas para as áreas das telecomunicações e de sistemas de informação para médias e grandes empresas e também como prestadora de serviços, quer no campo das telecomunicações quer no das tecnologias de informação. Está, pois, situada numa área de negócio fortemente afectada pela recessão.

Natural e consequentemente em períodos que apresentam os contornos acabados de referir a concorrência exacerba-se, os Clientes procuram, legitimamente, tirar partido da situação, as condições de comercialização, nomeadamente os prazos de pagamento, degradam-se e tudo isto acaba por se fazer reflectir nas margens e nos resultados.

Em 2003 o volume de negócios foi de 22,6 milhões de euros, situando-se cerca de 12% aquém do registado no exercício anterior. A quebra fez-se sentir nas áreas dos produtos (12,3 milhões de euros contra 13,5 em 2002) e dos serviços (10,4 milhões de euros contra 12,3 no ano anterior).

A COMPTA oferece ao mercado vasto e diversificado leque de soluções e serviços cobrindo as áreas das redes multiserviço ATM, Frame Relay e TCP/IP, redes locais com e sem fios (Wireless Lan), Redes ADSL, gestão e operação de redes e de sistemas, Voz sobre IP, Vídeo sobre IP, equipamento para teste de redes, contact centers, sistemas de resposta interactiva por voz (IVR), CRM, Data minning e Data warehousing, Help Desk, gestão de conteúdo, arquivo e workflow, Business Integration, segurança de redes e de sistemas de informação, apresentação e pagamento electrónico de documentos (EBPP), vídeo comunicações, segurança, etc.

A oferta da COMPTA desenvolve-se não apenas através da sua actividade comercial junto dos utilizadores finais de tecnologia mas também numa actuação indirecta, em parceria com operadores de telecomunicações, consultores e grandes fabricantes internacionais. Assim, tem apostado na celebração e consolidação de parcerias com entidades de reconhecida notoriedade, nomeadamente as que já celebrou e oportunamente publicitou com a Lucent Technologies, IBM, etc.

Nas soluções que disponibiliza ao mercado, a COMPTA inclui produtos de alguns dos principais leaders mundiais no mercado das tecnologias de informação, com os quais mantém um relacionamento privilegiado, destacando-se entre eles, Allot Communications, Altitude Software, Angoss, Appel, Checkfree, Cirpack, Cisco Systems, DataPulse CTI, eWare, Emblaze, Filenet Corporation, Genesys Labs, IBM, Intervice/Brite, ISS, Juniper Networks, Lucent Technologies,

Mercom, Microsoft, Multitech, Nokia, Nortel Networks, Oracle, Remedy, Seebeyond, Sonus Networks, Sun Microsystems, Tellabs, Trend Communications, Vanguard MS, etc.

No exercício de 2003 não foi alcançado, como já se referiu, o objectivo em termos de volume de negócios, quer nos produtos quer nos serviços.

Continua-se a apostar no lançamento de novos produtos, de tecnologias de ponta e dirigidos a nichos de mercado, cujo reflexo esperável venha a tornar-se mais significativo nos próximos exercícios. Tem-se investido com muito interesse na pesquisa desses produtos, com o objectivo consolidação da COMPTA como agente dos mais importantes nestes mercados bem como a necessidade de obtenção de margens mais confortáveis. Na área da comercialização dos produtos e estudo das soluções integradas, manteve-se a política que tem sido preocupação da empresa - inovação, qualidade, imaginação na concepção e segurança das soluções e eficácia na prestação de serviços.

No âmbito da reestruturação da Compta iniciada em 2001, consolidou-se o trabalho de análise sobre a estrutura, os processos e métodos, bem como o desenvolvimento de novas parcerias e produtos. Este objectivo já se fez sentir em 2002 e 2003, só não sendo mais claramente evidente o seu reflexo nos resultados devido à influência dos enunciados factores adversos. Permitiu, contudo, minimizar os efeitos da conjuntura nos resultados operacionais. A necessidade de implantação acelerada destas acções tornou-se mais premente na medida em que se teve de adequar e articular a diminuição significativa do quadro de colaboradores com início no último trimestre de 2002, com o programa de *lay-off* parcial que se prolongou até Maio de 2003.

A margem média de comercialização dos produtos situou-se na ordem dos 19,5%, idêntica à do ano anterior.

Quanto à área da prestação de serviços continuaram a realizar-se investimentos de monta, fundamentalmente na formação dos colaboradores, em ordem à melhoria da qualidade de serviços, assumindo custos cujos proveitos associados se projectam nos exercícios futuros.

2. INVESTIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E DESINVESTIMENTOS

Salvo raras excepções, a COMPTA não se limita a fornecer um produto - v.g., um modem, uma central telefónica, etc. - em condições idênticas às que seguem, por exemplo, os simples Distribuidores/Importadores. Procura responder às solicitações do mercado em que actua, solicitações essas que, pelo seu lado, também raramente se limitam ao pedido de fornecimento de um simples produto. O fornecimento de, por exemplo, um Contact Center, não se restringe à simples entrega de uma central telefónica; envolve muitíssimo mais! Desde o conhecimento das finalidades do centro, dos diversos equipamentos que podem compô-lo e dos softwares apropriados. Projectos deste tipo seguem, normalmente, os princípios da “chave na mão”.

Os Clientes da COMPTA são, fundamentalmente, os Operadores de Telecomunicações, o Mercado Financeiro (Bancos e Companhias de Seguros), grandes Empresas e o Estado. As suas necessidades, desde as redes de telecomunicações até às soluções mais complexas, envolvendo a conjugação de *software* e *hardware*, aspectos de segurança, etc., carecem de respostas que, necessariamente, têm subjacente profundo conhecimento das disponibilidades do mercado fornecedor de equipamentos, do domínio das linguagens e ferramentas apropriadas e das possibilidades de concatenação destes meios.

Diz-nos a experiência de mais de 30 anos neste mercado que, normalmente, uma solução montada para responder a uma solicitação concreta tem fortes probabilidades de poder ser aplicada, com as necessárias adaptações, as outras solicitações. Isto é, salvo raras excepções, uma “solução” não se esgota num negócio e, portanto, o custo suportado para a sua montagem pode, e deve, ser repartida no tempo, na presunção de que, desta forma, se procura adequar os Custos aos Proveitos por via do sistema de imobilização desses custos e das amortizações que em cada período contabilístico se consideram como custo.

Acresce que estes negócios mais significativos são geradores de contratos de manutenção e assistência que, naturalmente, se prolongam ao longo do tempo. Considera-se, assim, que uma componente importante dos custos suportados na preparação do projecto ou solução são recuperados por esta via e, portanto, ao longo de períodos que extravasam largamente o da simples venda da solução.

No exercício foram realizados investimentos num valor muito significativo, nomeadamente na área operacional em R&D, formação de pessoal, pesquisa de novos produtos e mercados e equipamentos para reposição e aluguer. No âmbito da reorganização da Compta, face às novas variáveis do mercado, a empresa envolveu os seus recursos na definição da missão, estratégia e objectivos de curto e médio prazo. Trabalhou sobre a estrutura, os processos e métodos, bem como no desenvolvimento de novas parcerias e produtos. Este trabalho ainda não influenciou a actividade de 2003 cujos benefícios esperados só se repercutirão nos próximos exercícios. Neste contexto, situou-se em cerca de 2,1 milhões de euros o valor do esforço desenvolvido e dos custos suportados que ainda não contribuíram para o negócio de 2003, tendo sido efectuada a sua contabilização em Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo, política esta que tem vindo a ser consistentemente adoptada. Entretanto, tendo-se constatado que a algumas imobilizações incorpóreas efectuadas em exercícios anteriores não corresponderam os proveitos esperados e embora estejamos convictos de que ainda poderão gerar algumas vendas, procedeu-se ao seu *wright-off*, num total de 2,5 milhões de euros.

Foi decidido promover a avaliação da totalidade do parque imobiliário afecto ao funcionamento da empresa, tendo presente o tempo decorrido desde as respectivas aquisições, compreendendo os edifícios da sede, da sucursal do Porto e do armazém de Benfica, de modo a permitir que o balanço reflecta com maior rigor a situação patrimonial da sociedade. Para o efeito recorreu-se a entidade idónea e independente, a Luso-Roux, S.A..

Face aos resultados apurados, tendo por base o valor corrente de mercado, procedeu-se a uma reavaliação livre destes activos imobilizados corpóreos, de acordo com o previsto na Directriz Contabilística nº 16, tendo originado uma Reserva de Reavaliação de 1.225.699 euros.

No período em apreço, os desinvestimentos atingiram 70 mil euros, correspondentes a abates ao imobilizado corpóreo, de bens alienados ou obsoletos. Procedeu-se ao abate dos activos incorpóreos registados em anos anteriores a 1999.

Por se entender mais adequado ao período de vida esperado para as imobilizações incorpóreas que se vêm efectuando, foi adoptado o critério de, relativamente às de 2003, utilizar as taxas mínimas previstas no Código do IRC. As amortizações contabilizadas como custo ascenderam a 3,2 milhões de euros, abrangendo os imobilizados corpóreo e incorpóreo.

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Mau grado os factores adversos já anteriormente descritos e que conduziram ao decréscimo do volume de actividade, foi possível melhorar os resultados operacionais, que acabaram por fixar-se nos 630 mil euros, contra os 119,4 mil euros apurados em 2002. O resultado líquido do exercício mostrou-se ainda negativo, na ordem dos 685 mil euros, fundamentalmente devido à desfavorável influência, embora positiva, dos Ganhos em empresas do GRUPO, da ordem dos 1,6 milhões de euros, entre os anos de 2002 e 2003.

A conjuntura vivida, com toda a imprevisibilidade associada, gera desequilíbrios na economia de exploração das empresas, caracterizada pelas maior ou menor rigidez dos custos em confronto com a incerteza dos proveitos.

Na vertente custos mais directamente dependentes da gestão, têm sido tomadas decisões de maior controlo e contenção ajustadas à situação.

No que respeita aos proveitos tem-se investido na procura de novos produtos, com características mais favoráveis e conformes com as necessidades dos Clientes, acções que, normalmente, só produzem resultados a prazos mais dilatados.

Face às circunstâncias referidas foi accionado, já em 2002 e que se prolongou a 2003, um plano de reestruturação visando adequar o mais possível, Custos aos Proveitos, com o objectivo de restabelecer o desejável equilíbrio na exploração. A concretização do plano passou pela adopção de medidas no âmbito do objectivo incrementar Proveitos (pesquisa de novos produtos e mercados) e conter Custos (controlo e rigor).

A evolução dos resultados nos últimos três exercícios é apresentada no quadro seguinte:

	(em milhares de Euros)		
	2001	2002	2003
Resultados operacionais	2.396	119	630
Resultados correntes	383	521	(256)
Resultados extraordinários	(128)	(1.113)	(402)
Resultados antes dos impostos	255	(592)	(658)
Provisões para impostos sobre lucros	174	83	31
Resultados líquidos	81	(675)	(689)

Espera-se a inversão da situação em 2004 correspondendo ao previsto crescimento da actividade dos serviços produtos. Admite-se melhorias nas margens médias de comercialização em consequência dos novos produtos e áreas de intervenção.

O *cash-flow* gerado no período atingiu cerca 2,7 milhões de euros.

Tendo em conta os riscos de insucesso nas cobranças, que consideramos reduzidos, julga-se adequado o nível das Provisões para riscos de crédito.

As existências continuam a apresentar um valor despiciendo face ao volume de actividade, representando uma rotação média de 15 dias.

Não obstante esta evolução de economia de exploração agravada ainda pelo prazo médio dos recebimentos superior em cerca de 45 dias ao dos pagamentos, foi possível regredir o passivo total em cerca de 3,2 milhões de euros, sendo 2,1 milhões de passivo remunerado e 1,1 milhões da passivo não remunerado.

O decréscimo dos capitais circulantes foi mais do que proporcional à quebra de actividade, atingindo cerca de 4,8 milhões de euros em resultado da rigorosa gestão na rotação dos *stocks* e prazos médios de recebimentos e de pagamentos que se saldaram por reduções, respectivamente, de 50 dias e de 15 dias.

O *cash-flow* libertado associado à regressão dos circulantes favoreceu a diminuição do Passivo.

O exercício de 2003 foi particularmente difícil em consequência da conjuntura mas singularmente gratificante pelos efeitos registados em termos económicos e financeiros a realçar o acerto das medidas em boa hora encetadas e que surtiram em grande medida o resultado esperado.

O quadro de colaboradores regista evolução em consonância com a retracção da actividade, de 176 no início do ano para 166 no final.

Em 31 de Dezembro, a sociedade detinha em carteira acções próprias, cujo valor de aquisição se encontra abatido aos capitais próprios no balanço.

A Sociedade não tem dívidas em mora ao Estado ou a quaisquer outros entes públicos.

A situação líquida em 31 de Dezembro situou-se a nível inferior a metade do Capital Social. Para ultrapassar esta situação o Conselho de Administração tenciona, em momento oportuno, adoptar providências de saneamento, após consulta aos seus Accionistas.

4. PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Em anexo é apresentado um relatório sobre o assunto em epígrafe.

5. COLABORAÇÃO

Já em 2004 os Administradores Srs. Drs. João Arnaldo Rodrigues de Sousa e Helder José Mendonça Braz renunciaram aos cargos de vogais deste Conselho. É proposta à Assembleia Geral a redução do Conselho, de 7 para 5 membros o que, a ser aprovado, dispensa a substituição destes dois membros.

Aos Srs. Drs. João Arnaldo Rodrigues de Sousa e Helder José Mendonça Braz desejam os restantes membros deste Conselho manifestar o seu agradecimento e apreço pela colaboração prestada à Empresa.

O Conselho de Administração reconhece e agradece o apoio, interesse e dedicação demonstrados pelo Conselho Fiscal no desempenho das suas importantes funções.

Igualmente enaltece, realça e agradece o elevado espírito de profissionalismo, sentido do dever e dedicação de todo o Pessoal ao serviço da Empresa, nomeadamente a compreensão demonstrada neste período mais difícil da vida Empresa.

Aos nossos Clientes, Fornecedores e Instituições de Crédito, deseja-se manifestar o nosso obrigado pela confiança que têm depositado na Empresa e pelo que representa de apoio ao crescimento da COMPTA.

Aos Accionistas os agradecimentos pelo acreditar no futuro da COMPTA e pelo que constitui de estímulo a sua aposta.

6. RESULTADOS E SUA DISTRIBUIÇÃO

Propõe-se a seguinte aplicação do resultado obtido no exercício:

- Para resultados transitados € -689.124,13

Lisboa, 4 de Abril de 2004

O Conselho de Administração da COMPTA, S.A.

Vitor José Magalhães Assunção, Presidente

José Eugénio Soares Vinagre, Administrador

Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa, Administrador Delegado

Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção, Vice Presidente

João Arnaldo Rodrigues de Sousa, Vice Presidente

Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção, Administrador

Helder José Mendonça Braz, Administrador

Relatório sobre práticas de governo da sociedade

Capítulo O. Práticas do Governo das Sociedades

1. A Sociedade adopta, na sua generalidade, as recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades.

Capítulo I. Divulgação da Informação

1. Face à retracção do mercado e ao seu reflexo na actividade da Empresa, houve que proceder a acertos na organização, ao abrigo dos quais resulta, neste momento, o organograma apresentado no final do presente relatório. Está, também, definido um sistema de descrição de funções e um sistema APP (análise do perfil pessoal) e existe um Manual do Colaborador, documento distribuído a todos os empregados.
2. No final é mostrado um resumo da evolução da cotação das acções. O último aumento de capital para o dobro, por incorporação de reservas, não deixou, naturalmente, de se reflectir na cotação das acções. Um desempenho menos favorável no primeiro semestre de 2002 terá, também, influenciado a cotação. Para além destes dois casos, cremos que a evolução das cotações traduz as condições prevalecentes no mercado a atravessar uma fase recessiva.
3. No presente exercício, face ao prejuízo registado, não é possível considerar qualquer remuneração ao capital.
4. Não existem nem estão previstos, quaisquer planos de atribuição de opções ou de aquisição de acções.
5. A sociedade tem disponível uma página na Internet – www.compta.pt – onde põe à consulta do mercado informações de várias naturezas - financeiras, comerciais, parcerias, factos mais significativos na vida da sociedade, etc. - que reputa de suficiente interesse para divulgação.
6. Não existe gabinete de apoio ao investidor. O representante para as relações com o mercado é o Administrador, Sr. Dr. José Eugénio Soares Vinagre.

Capítulo II. Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

1. Não existem regras estatutárias que afastem o direito de voto por correspondência, não estando, no entanto, definido qualquer modelo para o efeito. Não está previsto o exercício do direito de voto por meios electrónicos.
2. A representação de accionistas nas reuniões da assembleia-geral apenas poderá ser feita pelo seu cônjuge, ascendente ou descendente, por outro accionista ou por membro do conselho de administração.

3. Os instrumentos de representação voluntária, tanto de pessoas colectivas como singulares, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da assembleia-geral até ao terceiro dia útil antes da data prevista para a reunião.
4. A cada grupo de 100 acções corresponde um voto. Não serão contados votos emitidos por um accionista que, em nome próprio ou em representação de outro, excedam 10% dos votos correspondentes ao capital.

Capítulo III. Regras Societárias

1. Não existem códigos de conduta próprios da sociedade.
2. A sociedade dispõe de sistema interno de controlo para detecção dos riscos inerentes à actividade da empresa, baseado em auditorias efectuadas, pelo menos, 2 vezes por ano.
3. Não existem limitações ao exercício do direito de voto para além dos fixados no contrato de sociedade - art.º 11º, nº 2: “Não serão contados os votos emitidos por um accionista que, em nome próprio ou em representação de outros, excedam dez por cento dos votos correspondentes ao capital.” Não são conhecidos acordos parassociais.
4. Não existem na Sociedade Comissões Específicas que possam ser enquadradas no nº 2 do Capítulo I do Anexo do Regulamento nº 11/2003 da CMVM;

Capítulo IV. Órgão de Administração

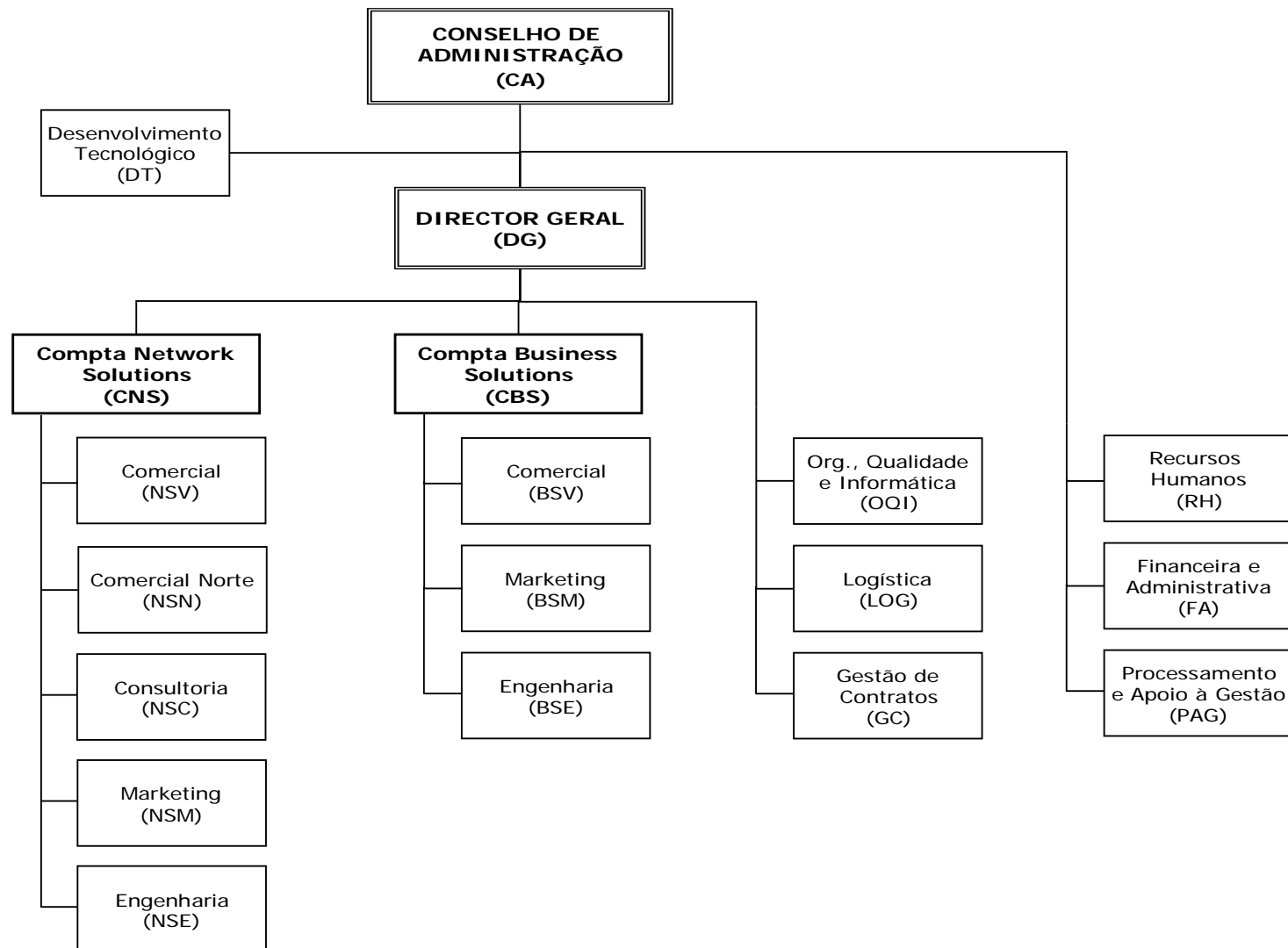
1. Entre os 7 administradores da sociedade, 4 deles são independentes em relação aos accionistas dominantes. Dos 7 membros, 4 exercem uma orientação permanente em relação à gestão da sociedade e os restantes 3 são não executivos. No final deste relatório é apresentado um quadro detalhado.
2. Está prevista a redução do Conselho de Administração para 5 membros, dos quais 3 executivos e os restantes dois não executivos.
3. Os administradores executivos e não executivos reúnem-se com regularidade, pelo menos mensalmente, para análise da orientação da sociedade. Os administradores executivos trocam impressões diariamente, apenas reunindo de um modo formal quando algum assunto o exija.
4. No exercício de 2003 reformulou-se a composição da Comissão Executiva que passou a ser composta pelos dois Vice Presidentes e pelo Administrador Delegado.
5. O Conselho de Administração reúne-se quinzenalmente com os Assessores da Administração e com o Director Geral, passando em revista a actividade desenvolvida na quinzena, analisando as perspectivas e equacionando as medidas que se imponham.
6. Não existem comissões de controlo internas.
7. Os membros da administração não têm as suas remunerações dependentes directamente dos resultados da sociedade.
8. As condições remuneratórias são fixadas por uma Comissão de Vencimentos, eleita pelos accionistas. Nunca foi proposto qualquer plano de atribuição de acções ou de opções de sua aquisição e não está previsto para um futuro próximo.

Administradores	Remunerações auferidas (€) ^(a)		
	Parte fixa	Parte variável	Total
Executivos	678.036	-	678.036
Não executivos	86.096	-	86.096
Totais	764.132	-	764.132

(a) – já deduzidas da afectação do *lay-off* que prevaleceu até Abril de 2103.

Lisboa, 2 de Abril de 2004

Capítulo I – 1.



Capítulo I – 2.

2002 Mês	Nº de Sessões	Nº de Opera- ções	Quan- tidade	Valor (€)	Cotações					
					Última		Mínima		Máxima	
					€	Data	€	Data	€	Data
JAN	20	156	22.545	62.617	2,43	31/01/03	2,43	31/01/03	3,09	02/01/03
FEV	13	71	5.380	10.805	1,76	28/02/02	1,76	28/02/03	2,52	06/02/03
MAR	10	42	4.674	8.200	1,76	25/03/03	1,65	25/03/03	1,93	03/03/03
ABR	16	56	5.200	8.286	1,62	30/04/03	1,51	04/04/03	1,82	01/04/03
MAI	13	46	8.673	10.162	1,61	30/05/03	1,35	08/05/03	1,69	02/05/03
JUN	14	116	9.590	14.852	1,54	27/06/03	1,45	25/06/03	1,66	06/06/03
JUL	16	95	11.882	18.749	1,55	30/07/03	1,50	03/07/03	1,70	11/07/03
AGO	16	62	10.382	15.405	1,53	29/08/03	1,35	14/08/03	1,58	06/08/03
SET	12	39	11.292	16.870	1,55	29/09/03	1,40	09/09/03	1,55	09/09/03
OUT	17	50	4.325	6.417	1,49	31/10/03	1,43	06/10/03	1,54	14/10/03
NOV	13	69	16.135	23.568	1,50	28/11/03	1,34	03/11/03	1,61	28/11/03
DEZ	12	72	23.503	39.691	1,65	31/12/03	1,56	29/12/03	1,99	02/12/03
Totais Médias	172	874	133.581	235.622	1,67		1,56		1,89	

Nos três últimos exercícios os resultados alcançados não permitiram a atribuição de dividendos, contrariamente à política adoptada anteriormente pois, desde que foi possível, distribuíram-se dividendos e procedeu-se a diversos aumentos de capital por incorporação de reservas.

Capítulo IV – 1.

Entidade		Cargo	Funções de administração exercidas noutras sociedades
Vítor José Magalhães Assunção	D/E	Presidente	Compta Internacional – Investimentos e Participações, S.A. – Presidente do C.A.E-Tempus International, Ltd. - Gerente E-Tempus SGPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. – Presidente do C.A.
Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	D/E	Vice-Presidente	Compta B2B – Tecnologias de Informação, S.A. – Presidente do C.A. Compta Internacional – Investimentos e Participações, S.A. – Administrador Dez – Desenvolvimento Empresarial, S.A. – Presidente do C.A. E-Tempus International, Ltd. - Gerente E-Tempus SGPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. – Administrador Spectacolor Portugal – Publicidade Informatizada, S.A. – Presidente do C.A.
Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa	I/E	Adm.Delegado	S3 – Sistemas, Software e Serviços, S.A. – Presidente do C.A.
João Arnaldo Rodrigues de Sousa	I/E	Vice-Presidente	Compta Internacional – Investimentos e Participações, S.A. – Administrador Comp trading – Companhia de Comércio e Serviços, S.A – Presidente do C.A. Dez – Desenvolvimento Empresarial, S.A. – Administrador E-Tempus International, Ltd. - Gerente E-Tempus SGPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. – Administrador Imotron – Edifícios Inteligentes, S.A. – Presidente do C.A. S3 – Sistemas, Software e Serviços, S.A. – Administrador Spectacolor Portugal – Publicidade Informatizada, S.A. – Administrador Tecnotron – Sistemas de Automação, S.A. – Administrador VA – Consultores de Gestão, S.A. – Administrador Único VA2 – Gestão Imobiliária, S.A. – Administrador Único VA5 – Imobiliário, S.A. – Administrador Único
José Eugénio Soares Vinagre	I/NE	Administrador	<i>D – Accionistas dominantes; I – Accionistas Independentes</i> <i>E – Administradores Executivos; NE – Administradores não executivos</i>
Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	D/NE	Administrador	
Helder José de Mendonça Braz	I/NE	Administrador	

Ao Auditor foram liquidadas, no exercício de 2003, as verbas a seguir indicadas (s/ IVA), a título de remuneração dos serviços prestados, não tendo havido quaisquer outras relações:

12x€1.525,00 = €18.300,00 - Honorários

2x€7.500,00 = €15.000,00 – Honorários relativos ao parecer do Auditor Externo

2x€6.200,00 = €12.400,00 – Trabalhos adicionais para emissão do parecer de Auditor Externo Total: €45.700,00

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	2003			2002	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2003	2002
		Activo bruto	Amort.e prov. acumuladas	Activo líquido					
IMOBILIZADO						CAPITAL PRÓPRIO			
Imobilizações incorpóreas						Capital	36 e 40	15.000.000,00	15.000.000,00
Despesas de instalação	8 e 10	3.392.843,22	1.383.233,61	2.009.609,61	1.096.673,15	Acções próprias	40		
Despesas de investigação e desenvolvimento	8 e 10	5.002.596,97	1.177.019,50	3.825.577,47	2.838.261,10	Valor nominal	40	(70.381,58)	(70.107,00)
Propriedade industrial e outros direitos	10	1.240,00	688,82	551,18	964,48	Prémios e descontos	40	(220.718,85)	(220.883,70)
Outras imobilizações incorpóreas	10	3.356.123,98	2.744.488,81	611.635,17	957.069,16	Ajustamentos de partes de capital em filiais	40	(5.304.379,93)	(3.775.119,93)
Imobilizações em curso	10	319.180,02		319.180,02	1.838.010,00	Reservas			
		12.071.984,19	5.305.430,74	6.766.553,45	6.730.977,89	Reservas de reavaliação	40	1.365.283,08	139.583,70
Imobilizações corpóreas						Reserva legal	40	1.174.181,07	1.174.181,07
Terrenos e recursos naturais	10	2.583.120,27	-	2.583.120,27	2.048.494,93	Reservas livres	40	1.712.582,58	1.712.391,48
Edifícios e outras construções	10	7.915.226,35	334.414,05	7.580.812,30	6.012.418,07	Resultados transitados	40	(7.523.174,62)	(3.062.857,13)
Equipamento básico	10	11.414.921,53	10.467.082,43	947.839,10	1.310.633,39	Resultado líquido do exercício	40	(689.124,13)	(675.162,31)
Equipamento de transporte	10	1.359.984,71	1.138.905,59	221.079,12	571.514,21			5.444.267,62	10.222.026,18
Ferramentas e utensílios	10	53.481,35	40.019,03	13.462,32	22.190,78				
Equipamento administrativo	10	1.057.764,73	839.694,06	218.070,67	259.012,96	DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo			
		24.384.498,94	12.820.115,16	11.564.383,78	10.224.264,34	Dívidas a instituições de crédito	51	-	498.798,00
Investimentos financeiros						Fornecedores de imobilizado, c/c	15	6.281.525,60	6.549.597,45
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	4.039.068,86	-	4.039.068,86	6.910.054,76			6.281.525,60	7.048.395,45
Títulos e outras aplicações financeiras	10 e 16	5.916,45	-	5.916,45	34.666,45	DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo			
		4.044.985,31	-	4.044.985,31	6.944.721,21	Dívidas a instituições de crédito	51	17.013.596,73	18.210.351,21
CIRCULANTE						Adiantamentos por conta de vendas		361.146,67	454.979,79
Existências						Fornecedores, c/c		4.196.048,15	5.834.539,18
Mercadorias	41	548.542,95	-	548.542,95	841.068,08	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		243.495,84	80.529,31
Dívidas de terceiros - Curto prazo						Fornecedores de imobilizado, c/c	15	595.400,91	741.013,10
Clientes, c/c		10.785.245,27	371.031,31	10.414.213,96	15.464.905,28	Estado e outros entes públicos	48	946.780,13	955.192,54
Clientes de cobrança duvidosa		695.598,59	695.598,59	-	-	Outros credores	49	47.298,65	85.587,25
Adiantamentos a fornecedores		299.106,40	-	299.106,40	233.391,63			23.403.767,08	26.362.192,38
Estado e outros entes públicos	48	149.404,81	-	149.404,81	90.955,69	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
Accionistas		129.930,27	-	129.930,27	28.930,27	Acréscimo de custos	50	1.053.451,93	958.810,39
Outros devedores	49	1.849.128,46	46.667,54	1.802.460,92	1.353.846,68	Impostos diferidos	50	464.920,45	
	23 e 34	13.908.413,80	1.113.297,44	12.795.116,36	17.172.029,55			1.518.372,38	958.810,39
Depósitos bancários e caixa						Total do passivo		31.203.665,06	34.369.398,22
Depósitos bancários		144.689,29		144.689,29	321.240,96				
Caixa		18.578,28		18.578,28	19.235,88				
		163.267,57		163.267,57	340.476,84				
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS									
Custos diferidos	50	292.292,93		292.292,93	2.337.886,49				
Impostos diferidos	50	472.790,33		472.790,33	-				
		765.083,26		765.083,26	2.337.886,49				
Total de amortizações			18.125.545,90						
Total de provisões			1.113.297,44						
Total do activo		55.886.776,02	19.238.843,34	36.647.932,68	44.591.424,40	Total do capital próprio e passivo		36.647.932,68	44.591.424,40

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em euros)

CUSTOS E PERDAS	No-tas	2003		2002		PROVEITOS E GANHOS	No-tas	2003		2002	
Custo das mercadorias vendidas	41		9.848.369,97		10.946.858,83	Vendas de mercadorias		12.239.336,76		13.512.018,95	
Fornecimentos e serviços externos			3.793.373,97		5.237.059,33	Prestações de serviços		10.375.489,75	22.614.826,51	12.291.495,80	25.803.514,75
Custos com pessoal						Proveitos suplementares		-		22.785,25	
Remunerações		5.010.710,67		5.566.758,35		Subsídios à exploração		-		7.968,29	
Encargos sociais						Trabalhos para a própria empresa		913.835,00		808.945,00	
Prémios para pensões		109.614,09		148.296,97		Outros proveitos operacionais	(B)	573.413,91	1.487.248,91	591.581,02	1.431.279,56
Outros		1.207.209,82	6.327.534,58	1.528.802,41	7.243.857,73			24.102.075,42			27.234.794,31
Amortizações do imobilizado	10	3.164.923,50		3.592.987,20		Ganhos em empresas do grupo		352.816,36		1.907.399,81	
Provisões	34	200.620,88	3.365.544,38		3.592.987,20	Rendim. de títulos negoci. e outras aplicações					
Impostos		132.800,92		87.644,23		Outros					
Outros custos operacionais		4.259,84	137.060,76	7.027,01	94.671,24	Outros juros e proveitos similares					
	(A)		23.471.883,66		27.115.434,33	Outros juros e proveitos similares - Outros	45	603.305,46	956.121,82	1.017.618,70	2.925.018,51
Perdas em empresas do grupo		-		-		Proveitos e ganhos extraordinários	46		293.550,81		144.926,93
Juros e custos similares									25.058.197,24		30.159.812,82
Juros e custos similares - Outros	45	1.586.569,40	1.586.569,40	2.523.162,82	2.523.162,82						
	(C)		25.058.453,06		29.638.597,15						
Custos e perdas extraordinários	46		950.959,19		1.258.392,26						
	(E)		26.009.412,25		30.896.989,41						
Imposto sobre o rendimento do exercício	6		31.459,93		82.912,65						
	(G)		26.040.872,18		30.979.902,06						
Resultado líquido do exercício			(689.124,13)		(675.162,31)						
			25.351.748,05		30.304.739,75			25.351.748,05			30.304.739,75

Resultados operacionais: (B)-(A)=	630.191,76	119.359,98
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=	(630.447,58)	401.855,69
Resultados correntes: (D)-(C)=	(255,82)	521.215,67
Resultados antes de impostos: (F)-(E)=	(657.664,20)	(592.249,66)
Resultado líquido do exercício: (F)-(G)=	(689.124,13)	(675.162,31)

O anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003



COMPTA - Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em euros)

	2003	2002
Vendas e prestação de serviços	22.614.826,51	25.803.514,75
Custo das vendas e prestação de serviços	(16.951.898,65)	(19.305.505,41)
Resultados Brutos	5.662.927,86	6.498.009,34
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.780.799,72	1.576.206,49
Custos de distribuição	(231.540,26)	(495.971,25)
Custos administrativos	(6.288.444,75)	(7.313.957,67)
Outros custos e perdas operacionais	(365.058,77)	(112.750,92)
Resultados Operacionais	558.683,80	151.535,99
Custos líquidos de financiamento	(1.303.878,39)	(1.440.598,60)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	352.816,36	1.907.399,81
Ganhos (perdas) em outros investimentos	320.614,45	(64.945,52)
Resultados correntes	(71.763,78)	553.391,68
Imposto sobre resultados correntes	(31.459,93)	(82.912,65)
Resultados correntes após impostos	(103.223,71)	470.479,03
Resultado extraordinário	(585.900,42)	(1.145.641,34)
Resultado líquido do exercício	(689.124,13)	(675.162,31)
Resultado por acção	(0,23)	(0,23)

O anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003



COMPTA - Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em euros)

	2002	2001
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes +	25.764.198,78	34.663.576,45
Pagamentos a fornecedores -	14.460.552,76	20.123.316,69
Pagamentos ao pessoal -	4.363.749,51	5.312.510,87
Fluxo gerado pelas operações	6.939.896,51	9.227.748,89
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento -/+	(140.977,94)	(68.080,68)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operaciona -/+	(1.997.511,74)	(6.824.187,24)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	4.801.406,83	2.335.480,97
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias +	6.160,93	3.301,87
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias -	3.347,51	525,79
Fluxos das actividades operacionais (1)	4.804.220,25	2.338.257,05
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros +	28.750,00	-
Imobilizações corpóreas +	35.151,49	14.525,57
Juros e proveitos similares +	89.116,49	4.084,99
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos Financeiros -	75.464,39	-
Imobilizações corpóreas -	208.415,68	452.782,93
Imobilizações incorpóreas -	425.439,66	408.395,76
Fluxos das actividades de investimento (2)	(556.301,75)	(842.568,13)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos +	9.979.399,22	4.015.394,00
Outros recebimentos provenientes de act. de financiamento +	11.905.504,72	12.735.656,86
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos -	10.846.125,45	4.514.989,69
Amortização de contratos de locação financeira -	1.699.991,44	1.514.224,05
Juros e custos similares -	1.028.148,23	1.052.672,17
Aquisição de acções (quotas) próprias -	109,73	5.052,87
Outros pagamentos provenientes de act. de financiamento -	12.735.656,86	11.010.226,91
Fluxos das actividades de financiamento (3)	(4.425.127,77)	(1.346.114,83)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(177.209,27)	149.574,09
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	340.476,84	190.902,75
Caixa e seus equivalentes no fim do período	163.267,57	340.476,84
	(177.209,27)	149.574,09

O anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003

COMPTA – EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S.A.**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003
(Montantes expressos em euros - €)****NOTA INTRODUTÓRIA**

A Compta – Equipamentos e Serviços de Informática, S.A. é uma sociedade anónima, constituída em 16 de Maio de 1972, que tem como actividade principal a comercialização de produtos de informática e prestação de serviços conexos.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia de Accionistas e publicação. A Empresa preparou também contas consolidadas, as quais reflectem em 31 de Dezembro de 2003, relativamente às contas individuais, as seguintes diferenças:

	<u>Aumento/Diminuição</u>
Total do activo líquido	3.958.736
Total do passivo (excluindo interesses minoritários)	8.143.903
Capital próprio	(4.568.352)
Resultado do exercício	(1.122.129)
Proveitos totais	5.071.449

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas que compreendem essencialmente despesas de instalação, aumentos de capital, investigação e desenvolvimento, formação relativa a novos produtos e material de conservação e reparação (peças e sobressalentes) necessário à assistência técnica ao parque de equipamentos e sistemas instalados no mercado, encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes. Em 2003 procedeu-se à alteração do critério de amortização ao utilizar as taxas mínimas para os bens adquiridos no exercício. Com excepção das despesas de investigação e desenvolvimento que são amortizadas em 5 anos, o período de amortização do imobilizado incorpóreo passou de 3 anos para 6 anos (Nota 8).

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliadas de acordo com as disposições legais do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

Anos médios de vida útil

Edifícios e outras construções.....	50
Equipamento básico	4
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	8

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3.b), são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas em 31 de Dezembro de 2003 encontravam-se registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido do valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

e) Existências

As existências encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

f) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

4. ACTIVOS E PASSIVOS EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de cada ano. As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados.

6. IMPOSTOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos para os exercícios de 1998 e seguintes. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2000 a 2003 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Segurança Social pode ser revista durante dez anos.

A Administração da Empresa entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003 e 2002.

De acordo com a legislação fiscal vigente, os ganhos ou perdas registados por via da aplicação do método da equivalência patrimonial não são relevantes para efeitos fiscais, mantendo-se a tributação dos dividendos quando distribuídos.

A Empresa registou impostos diferidos resultantes de diferenças temporais entre o momento em que os custos e proveitos são reconhecidos contabilisticamente e o momento em que são reconhecidos para efeito de apuramento da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) relativos a reavaliações de edifícios efectuadas em 2003 (Nota 10 e 12), bem como os resultantes de prejuízos fiscais reportáveis.

Decomposição dos Activos e Passivos por impostos diferidos por tipo de diferença à data do Balanço:

	Total	Operações na D.R.	Movimentações noutras rubricas Capital Próprio	
			Reavaliação	Outras
	2003	2003	2003	2003
Diferenças temporárias que originaram Activos por impostos diferidos				
Prejuízos fiscais	116.452	116.452	-	-
Reconhecimento inicial de activos e passivos	1.602.785	-	-	1.602.785
Total I	1.719.238	116.452	-	1.602.785
Diferenças temporárias que originaram Passivos por impostos diferidos				
Reavaliação de activos imobilizados	1.690.620	-	1.690.620	-
Total II	1.690.620	-	1.690.620	-
Valores reflectidos no balanço				
Activos por Impostos Diferidos (Total I x Taxa)	472.790	32.024	-	440.766
Passivos por Impostos Diferidos (Total I x Taxa)	464.920	-	464.920	-

Relacionamento entre gastos (proveitos) de impostos e o resultado contabilístico e outras variações patrimoniais (evidenciando a taxa efectiva média)

	Total	Operações na D.R.	Movimentações noutras Rubricas	
			Reavaliação	Outras
	2003	2003	2003	2003
1. Resultados e outras variações patrimoniais antes de impostos	(657.664)	(657.664)	-	-
2. Taxa de imposto	-	-	-	-
3. Imposto do exercício	-	-	-	-
4. Lucro tributável	-	-	-	-
5. Imposto sobre o rendimento	-	-	-	-
6. Tributações autónomas	64.191	64.191	-	-
7. Imposto total 7 = 5 + 6	64.191	64.191	-	-
8. Taxa média 8 = 7/4	-	-	-	-
9. Taxa efectiva 9 = 7/1	-10%	-10%	-	-

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício de 2003 e 2002, o número médio de pessoal foi de 166 e 176, respectivamente.

8. DESPESAS DE INSTALAÇÃO E INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A rubrica despesas de instalação engloba, a 31 de Dezembro de 2003, os valores ao custo de aquisição despendidos com a expansão da Empresa, designadamente aumentos de capital nos últimos exercícios. Estas despesas são amortizadas em 3 anos se registadas até 2002 e em 6 anos para aquisições do exercício.

A rubrica despesas de investigação e desenvolvimento engloba as despesas com o lançamento de novos produtos, formação técnica do pessoal da Empresa nos mesmos e, ainda, desenvolvimento de produtos próprios. Estas despesas são amortizadas em 3 anos se registadas até 2002 e em 5 anos se investidas no exercício (Nota 3 a)).

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO	<i>Saldo inicial</i>	<i>Aumen- tos</i>	<i>Aliena- ções</i>	<i>Transf., abates e ajustam.</i>	<i>Saldo final</i>
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de instalação	1.934.775	1.493.068		35.000	3.392.843
Despesas de investigação e desenvolvimento	3.575.254	2.156.361		729.018	5.002.597
Propriedade industrial e outros direitos	1.240				1.240
Outras imobilizações incorpóreas	4.535.902	395.690		1.575.468	3.356.124
Imobilizações em curso	1.838.010	319.180		1.838.010	319.180
	11.885.181	4.364.299		4.177.496	12.071.984
Imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	2.048.495	534.625			2.583.120
Edifícios e outras construções	6.217.251	1.697.976			7.915.226
Equipamento básico	11.328.239	115.193		28.510	11.414.922
Equipamento de transporte	1.393.457	1.680	35.151		1.359.985
Ferramentas e utensílios	53.357	125			53.481
Equipamento administrativo	1.044.659	19.862		6.756	1.057.765
	22.085.457	2.369.459	35.151	35.266	24.384.499
Investimentos financeiros					
Partes de capital em empresas do grupo	6.910.055	75.464		2.946.450	4.039.069
Títulos e outras aplicações financeiras	34.666		28.750		5.916
	6.944.721	75.464	28.750	2.946.450	4.044.985
	40.915.360	6.809.223	63.901	7.159.213	40.501.468
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	<i>Saldo inicial</i>	<i>Aumen- tos</i>	<i>Aliena- ções</i>	<i>Transf. e abates</i>	<i>Saldo final</i>
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de instalação	838.102	638.604		93.472	1.383.234
Despesas de investigação e desenvolvimento	736.993	781.559		341.532	1.177.020
Propriedade industrial e outros direitos	276	413			689
Outras imobilizações incorpóreas	3.578.833	741.123		1.575.468	2.744.489
	5.154.203	2.161.699		2.010.472	5.305.431
Imobilizações corpóreas					
Edifícios e outras construções	204.833	129.581			334.414
Equipamento básico	10.017.606	465.439		15.962	10.467.082
Equipamento de transporte	821.942	341.132	24.169		1.138.906
Ferramentas e utensílios	31.166	8.796		(57)	40.019
Equipamento administrativo	785.646	58.276		4.228	839.694
	11.861.193	1.003.225	24.169	20.134	12.820.115
	17.015.396	3.164.924	24.169	2.030.606	18.125.546

Foi registado no exercício de 2003 e em despesas de instalação o montante de € 1.493.068 por transferência de custos diferidos registados em anos anteriores.

O aumento de € 2.156.361 na rubrica de Despesas de Investigação e Desenvolvimento (Imobilizado Incorpóreo) resulta de:

- O montante de € 913.835 relativo aos investimentos efectuados no desenvolvimento de projectos internos de suporte à estrutura: Qualidade, Sistemas de Informação e novas de linhas de negócio. Este investimento foi registado como contrapartida de Trabalhos para a Própria Empresa.
- O montante de € 1.242.526 relativo a investimentos efectuados em novas tecnologias e desenvolvimento de parcerias com o objectivo de suportar novas unidades e linhas de negócio em implementação.

O valor registado em transferências e abates inclui o abate do montante de € 2.507.048 relativo a investimentos efectuados em novas tecnologias em 2001 e 2002, cujos proveitos gerados até ao exercício se revelavam nulos. O abate foi efectuado pelo valor contabilístico em resultados transitados.

O aumento das rubricas de Terrenos e Recursos Naturais e de Edifícios e Outras Construções resultam do registo do novo edifício em Alfena e da reavaliação pelo valor corrente de mercado dos edifícios de Miraflores, Benfica e Alfena (Nota 6 e 12).

O montante de € 2.946.450, registado na rubrica de Investimentos financeiros – partes de capital em empresas do grupo, resulta de:

- O aumento de € 352.816 correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo, registado por contrapartida de ganhos do exercício (Nota 45);
- A redução de € 672.181 registada na rubrica de ajustamentos de partes de capital em filiais, correspondente a diferenças de compra (goodwill) gerados na Empresa e na participada E-Tempus SGPS, S.A., entre o custo de aquisição e o valor proporcional do capital próprio das participadas, reportado a 1 de Janeiro de 2003. Aquele montante compreende todos os ajustamentos iniciais efectuados nas novas participações detidas pela E-Tempus SGPS, S.A (Nota 40).
- A redução de € 2.627.085 registada por contrapartida de resultados transitados e que reflecte a alteração dos capitais próprios da E-Tempus SGPS por via do registo de impostos diferidos e a provisões para os seus empréstimos accionistas (Nota 40).

As alienações de imobilizações corpóreas geraram mais-valias de € 16.780 registadas nos resultados extraordinários (Nota 46).

12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

Em anos anteriores a 2003, a Empresa procedeu à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da seguinte legislação: Decreto-Lei nº 430/78 de 27 de Dezembro, Decreto-Lei nº 219/82 de 2 de Junho, Decreto-Lei nº 399-G/84 de 28 de Dezembro, Decreto-Lei nº 118-B/86 de 27 de Maio, Decreto-Lei nº 111/88 de 2 de Abril, Decreto-Lei nº 49/91 de 25 de Janeiro, Decreto-Lei nº 264/92 de 24 de Novembro e Decreto-Lei nº 31/98 de 11 de Fevereiro.

Como resultado destas reavaliações efectuadas as amortizações dos exercícios de 2003 e 2002 foram aumentadas por € 3.054 e € 4.830, respectivamente. Destes montantes, uma parte (40%) não é aceite para efeitos da determinação da matéria colectável em imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas.

No ano de 2003 a Empresa reavaliou os edifícios do seu imobilizado com base no valor corrente de mercado. Desta reavaliação resultou um aumento de € 1.692.763 nas rubricas Terrenos e Edifícios e outras construções. Relativamente às amortizações do exercício de 2003 estas foram aumentadas no valor de € 2.143, não sendo este montante aceite para efeitos da determinação da matéria colectável em imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas.

14. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 existiam imobilizações corpóreas em poder de terceiros nos montantes de € 2.446.592 e € 2.446.592 respectivamente

15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas não vencidas no montante de € 6.876.927 registadas na rubrica "Fornecedores de Imobilizado". Aquelas rendas vencem-se nos próximos exercícios como segue:

	Curto prazo	Médio prazo
2004	595.401	
2005		430.937
2006		432.554
2007 e seguintes		5.418.035
	595.401	6.281.526

16. EMPRESAS DO GRUPO E PARTICIPADAS

Em 31 de Dezembro de 2003, as empresas do grupo e participadas eram como segue:

<i>Empresa</i>	<i>Activo líquido</i>	<i>Capital próprio</i>	<i>Proveitos totais</i>	<i>Resultado líquido</i>	<i>Participação</i>	
					<i>%</i>	<i>montante</i>
Empresas do grupo						
E-Tempus SGPS, S.A.	9.413.986	3.822.276	1.032.974	202.180	100,0%	3.822.271
Compta Internacional, S.A.	59.129	58.129	175	(5.783)	100,0%	63.912
Compta B2B, S.A.	480.108	153.192	447.819	150.938	99,8%	152.886
						4.039.069
Empresas participadas						
Sodera						5.667
Unesul						249
						5.916

22. EXISTÊNCIAS À GUARDA DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a Empresa possuía fora das suas instalações, à guarda de terceiros, bens no valor global de €248.601 e €265.872, respectivamente.

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2003 existiam dívidas de cobrança duvidosa, no montante de aproximadamente €1.113.297 totalmente provisionadas.

25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS COM O PESSOAL

A 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a Empresa tinha as seguintes dívidas activas e passivas com o pessoal:

	2003	2002
Saldos devedores	116.024	125.638
Saldos credores	37.955	79.966

28. DÍVIDAS EM MORA COM O ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Na Empresa, em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, não existiam dívidas em mora ao Estado ou a outros entes públicos.

31. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

A Empresa tinha em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, responsabilidades por extractos de facturas e letras descontadas no valor de, respectivamente:

	2003	2002
Factoring	2.648.157	3.376.274
Letras descontadas	21.457	59.753
	2.669.614	3.436.027

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a Empresa tinha assumido responsabilidades com garantias prestadas, para concursos públicos, como segue:

	2003	2002
Garantias bancárias	545.062	216.016
Seguros de caução	149.906	111.475
	694.968	327.491

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Aumento	Utilização	Saldo final
Provisões para cobrança duvidosa	1.010.059	520.939	464.369	1.066.629
Provisões para outros devedores	163.454		116.786	46.668
	1.173.513	520.939	581.155	1.113.297

Não foi constituída provisão para uma dívida de anos anteriores no montante de 1.189 mil euros, por se considerar que este valor é recuperável. Esta dívida teve origem na venda de material de suporte à manutenção que havia sido adquirido para fazer face a uma distribuição que passou para a representada quando esta passou a operar directamente no mercado nacional.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2003 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 3.000.000 acções ao portador com o valor nominal de cinco euros cada.

40. VARIAÇÃO DAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Estas contas tiveram os seguintes movimentos durante o exercício:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Capital	15.000.000				15.000.000
Acções próprias					
Valor nominal	-70.107		275		-70.382
Prémios e descontos	-220.884	165			-220.719
Ajustamentos de partes de capital em filiais	-3.775.120	100.223	1.629.483		-5.304.380
Reservas de reavaliação	139.584	1.225.699			1.365.283
Reserva legal	1.174.181				1.174.181
Reservas livres	1.712.391	191			1.712.583
Resultados transitados	-3.062.857	1.299.802	5.084.957	-675.162	-7.523.175
Resultado líquido do exercício	-675.162		689.124	675.162	-689.124
	10.222.026	2.626.080	7.403.839		5.444.268

Ajustamento de partes de capital em filiais: O montante de € 5.304.380 registado nesta rubrica resulta da diferença entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas associadas e o valor proporcional à participação da Empresa no capital próprio das associadas reportado à data da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial e à proporção da Empresa em ajustamentos efectuados por empresas associadas directamente nos seus capitais próprios (Nota 10).

Reservas de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável e da reavaliação pelo valor corrente de mercado dos edifícios (Nota 12). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital da Empresa.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Resultados Transitados: O aumento e diminuição registados nesta rubrica reflectem as alterações efectuadas no capital próprio da E-Tempus SGPS:

ao utilizar as provisões para empréstimos accionistas no aumento de capital de uma associada e por via da venda de uma participada – aumento de € 859.036;

ao reforço as provisões para os empréstimos accionistas e por via de correcção a ajustamentos anteriores – redução total de € 2.627.607;

bem como os registos efectuados na Compta, SA:

ao aplicar a directriz contabilística relativa a impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de 2002 – aumento de € 440.766 por se considerarem os mesmos recuperáveis;

ao abater investimentos de anos anteriores conforme nota 10 pelo montante de € 2.137.031 e ao provisionar dívidas de clientes – redução total de € 2.457.350.

41. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

O custo das mercadorias vendidas nos exercícios de 2003 e 2002 foi determinado como segue:

	2003	2002
Existências iniciais	841.068	752.767
Compras	9.982.073	11.018.315
Regularização de existências	(426.228)	16.845
Existências finais	(548.543)	(841.068)
Custo do exercício	9.848.370	10.946.859

O montante de € 426.228 diz respeito essencialmente a transferências para imobilizado incorpóreo de material de conservação e reparação (peças e sobressalentes) necessário à assistência técnica ao parque de equipamentos e sistemas instalados no mercado (Nota 3.a)).

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais, no exercício de 2003 e de 2002, foram de € 764.132 e € 783.061, respectivamente. De acordo com os seus estatutos, a Empresa é responsável pelo pagamento de pensões de reforma aos Administradores que tenham desempenhado funções na Empresa durante um mínimo de quinze anos, podendo a Assembleia Geral, em casos excepcionais, deliberar a atribuição deste benefício se não se encontrarem satisfeitas aquelas condições. No decurso de 2003 e 2002 não se verificaram pagamentos por não existir nenhum órgão de gestão nestas condições.

44. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Do ponto de vista de gestão e operacionalidade a Compta está organizada em duas unidades de negócio que, para além de trabalharem gamas de produtos diferentes, estão direccionadas para mercados distintos, o de telecomunicações e o de sistemas e aplicações. Muito embora se verifiquem interligações e penetrações entre estes dois mercados, é a única caracterização que se considera significativa e com suficiente interesse para justificar a apresentação de informação segmentada. É, então, com base nestas unidades que se relata a informação por segmentos.

Dada a existências de designações/marcas comerciais próprias para cada uma das unidades de negócio, opta-se por também aqui identificar os segmentos dessa mesma forma, isto é, o segmento de Telecomunicações é identificado por CNS (Compta Network Solutions) e o segmento de sistemas e aplicações por CBS (Compta Business Solutions).

A actividade desenvolvida em 2003 foi quase que integralmente dirigida ao mercado nacional. Neste mercado, não se encontra segmentação que sob o ponto de vista geográfico seja assinalável e mereça qualquer referência especial.

Os réditos, gastos, activos e passivos segmentados são os resultantes da actividade segmentada directamente imputável bem como os resultantes de critérios de imputação. Estes tiveram por base a participação de cada unidade no volume total de negócios da empresa

	CNS	CBS	Consolidado
RÉDITOS			
Vendas externas			
Vendas de mercadorias	12.186.936	1.325.083	13.512.019
Prestações de serviços	8.495.722	3.181.745	12.291.496
Vendas inter-segmentais	-	-	-
Réditos Totais	20.682.658	4.506.828	25.803.515
RESULTADOS			
Resultados segmentais	755.109	(604.236)	151.536
Gastos da Empresa não imputados			-
Resultados operacionais			151.536
Gastos de juros	(35.070)	(14.032)	(2.523.163)
Proveitos de juros	-	-	1.017.619
Parte de lucros líquidos em associadas	-	-	1.907.400
Impostos s/ lucros			(82.913)
Resultados de actividades ordinárias			470.479
Perdas extraordinárias	-	-	(1.145.641)
Resultado Líquido			(675.162)
OUTRAS INFORMAÇÕES			
Activos do segmento	24.156.050	5.263.693	30.136.890
Investimento em Associadas	-	-	6.944.721
Activos da empresa não imputáveis			7.509.813
Activos totais consolidados			44.591.424
Passivos do segmento	12.552.382	2.735.210	15.660.249
Passivos da empresa não imputados			18.709.149
Passivos totais consolidados			34.369.398
Dispêndios de capital fixo	306.887	123.321	
Depreciações	2.870.183	643.989	
Outros gastos não desembolsados	-	-	

45. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	2003	2002
Custos e perdas:		
Juros suportados	1.303.878	1.440.599
Perdas em empresas do grupo		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	144.825	1.032.820
Descontos de pronto pagamento concedidos	741	2.594
Outros custos e perdas financeiras	137.124	47.150
	1.586.569	2.523.163
Resultados financeiros	(630.448)	401.856
	956.122	2.925.019
Provitos e ganhos:		
Juros obtidos	3.268	1.701
Ganhos em empresas do grupo (Nota 10)	352.816	1.907.400
Diferenças de câmbio favoráveis	588.367	1.006.369
Outros proveitos e ganhos financeiros	11.670	9.549
	956.122	2.925.019

46. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	2003	2002
Custos e perdas:		
Donativos	-	249
Dívidas incobráveis	69.797	14.595
Perdas em imobilizações (Nota 10)	-	38.644
Multas e penalidades	72	689
Correcções relativas e exercícios anteriores	773.839	820.658
Outros custos e perdas extraordinárias	107.252	383.557
	950.959	1.258.392
Resultados extraordinários	(657.408)	(1.113.465)
	293.551	144.927
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em imobilizações (Nota 10)	16.780	54.147
Correcções relativas e exercícios anteriores	58.800	90.780
Outros proveitos e ganhos extraordinários	217.971	-
	293.551	144.927

48. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

	2003		2002	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas				
Singulares - IRS retenção na fonte	384	83.679		66.017
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA		694.037		718.621
Contribuição para a Segurança Social		104.827		87.622
Imposto sobre o Rendimento das				
Pessoas Colectivas - IRC	149.021	64.191	90.956	82.913
Outros		46		20
	149.405	946.780	90.956	955.193

49. OUTROS DEVEDORES E CREDORES

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2003		2002	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Pessoal (Nota 25)	116.024	37.955	125.638	79.966
Outros	1.733.104	9.343	1.391.663	5.621
	1.849.128	47.299	1.517.301	85.587

50. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2003, os saldos desta rubrica tinha a seguinte composição:

Custos diferidos:	
Publicidade e formação	101.397
Contratos de suporte técnico	89.009
Seguros	39.298
Rendas pagas antecipadamente	36.861
Outros	25.729
	292.293
Impostos Diferidos	
Activos por Impostos Diferidos	472.790
	472.790
Acréscimo de custos:	
Férias e subsídio de férias	836.842
Juros a liquidar	63.787
Outros custos	152.823
	1.053.452
Impostos Diferidos	
Passivos por Impostos Diferidos	464.920
	464.920

51. DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Empréstimos de médio e longo prazo	
	-
Empréstimos de curto prazo	
	5.118.050
Descobertos bancários	
	11.895.546
	17.013.597

Em 31 de Dezembro de 2003, os empréstimos e os descobertos bancários venciam juros a taxas que variavam entre 3,3% e 8,00%.

**ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003**



2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	2003	2002
Numerário	18.578	19.236
Depósitos bancários imediatamente realizáveis	144.689	321.241
Disponibilidades constantes do balanço	163.268	340.477



3. Montante de créditos bancários concedidos e não sacados: 1.044 milhares de euros.

**ANEXO A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 447º E 448º
DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**

1. Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização que são accionistas da Sociedade:

	
Dr. Vitor José Magalhães Assunção	1.057.368 acções
Dr. José Eugénio Soares Vinagre	3.012 acções
Sr. Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa	15.600 acções
Dra. Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	226.596 acções
Dr. João Arnaldo Rodrigues de Sousa	2.076 acções
Sr. Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	226.596 acções
	

2. Accionistas titulares de acções ao portador não registadas representativas de, pelo menos, um décimo, um terço, ou metade do capital da Sociedade:

	
Dr. Vitor José Magalhães Assunção	1.057.368 acções
Companhia de Seguros Tranquilidade, S. A.	306.960 acções
	

Lisboa, 31 de Dezembro de 2003

**ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 20º
DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS**

Dr. Vitor José Magalhães Assunção	1.057.368 acções	35%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	306.960 acções	10%
Dra. Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	226.596 acções	8%
Sr. Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	226.596 acções	8%
AF – Investimentos Fundos Mobiliários	152.850 acções	5%
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S. A.	177.980 acções	6%
Pensõesger – Sociedade Gestora Fundos de Pensões, S.A.	104.758 acções	3,5%
Império Bonança – Companhia Seguros, S.A.	70.000 acções	2%

Lisboa, 31 de Dezembro de 2003

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a actividade da **COMPTA – Equipamentos e Serviços de Informática, SA.** durante o exercício de dois mil e três, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o relatório de gestão, as contas do exercício e o relatório anual sobre a fiscalização efectuada pela sociedade de revisores oficiais de contas que integra este Conselho Fiscal, documento este que aqui se dá por reproduzido.

Analisámos a certificação legal das contas, que aqui também se dá por reproduzida, e com a qual concordámos.

Tal como refere a certificação legal das contas, os capitais próprios representam apenas 36% do capital social, pelo que os membros do Conselho de Administração deveriam, nos termos do número 3 do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, ter proposto aos accionistas uma ou mais das medidas a que alude o número 1 do referido artigo.

Agradecendo as referências que nos são feitas no relatório de gestão e tudo considerado, somos de parecer que a assembleia geral anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2003, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentado pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 7 de Maio de 2004

O Conselho Fiscal

- António José Caeiro Motta Veiga - Presidente

- José Manuel de Azeredo Vaz Pinto

- MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC
representada por José de Oliveira Moreira (roc nº 351)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 2003, da **COMPTA – Equipamentos e Serviços de Informática, SA.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2003 (que evidencia um total de 36.647.933 euros e um total de capital próprio positivo de 5.444.268 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 689.124 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados; e
 - f) a informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes e numa óptica de continuidade de exploração, a posição financeira de **COMPTA – Equipamentos e Serviços de Informática, SA.**, em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

ÊNFASES

8. Sem afectar a opinião anteriormente expressa, chamamos a atenção para o seguinte:
- 8.1. No corrente exercício a Empresa procedeu à reavaliação livre dos imóveis de que é proprietária, com base em parecer técnico elaborado por avaliadores independentes. Desta avaliação resultou, após a contabilização de um passivo por impostos diferidos no montante de 464.920 euros, uma reserva de reavaliação no montante de 1.225.699 euros.
- 8.2. A Empresa procedeu ao abate na conta de “*Despesas de investigação e desenvolvimento*” do montante de 2.507.048 euros, referente a projectos de desenvolvimento de novas tecnologias, em virtude dos mesmos não terem gerado até ao presente exercício quaisquer proveitos associados. Deste montante, foi reflectido em resultados transitados o valor de 2.137.031 euros. No presente exercício foram capitalizados 2.156.361 euros relativos a projecto desenvolvidos durante o ano.
- 8.3. Chamamos a atenção para o facto do valor dos capitais próprios a 31 de Dezembro de 2003 representar apenas 36% do capital social, sendo de ter em consideração o disposto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, que prevê que a sociedade, a manter-se a situação de perda de metade do capital social, considerar-se-á imediatamente dissolvida, após a data da aprovação das contas do exercício de 2004.

Lisboa, 7 de Maio de 2004

MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC
Nº 196 de inscrição no Registo de Auditores da CMVM
Representada por José de Oliveira Moreira (roc nº 351)



Compta - Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.

Exercício de 2003

~

Contas Consolidadas

COMPTA – EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S.A.
 Sede em Algés – Av. José Gomes Ferreira, nº 13 • Capital: € 15.000.000, realizado
 Registada na C. do R. C. de Cascais sob o nº 15482 • N.I.P.C. 500069891 • Sociedade Aberta

**INFORMAÇÃO GERAL SOBRE A ACTIVIDADE DA
 COMPTA – EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S.A.
 E RESTANTES EMPRESAS ENGLOBADAS NA CONSOLIDAÇÃO, NO EXERCÍCIO DE
 2003**

No cumprimento do normativo em vigor, o Conselho de Administração da Compta – Equipamentos e Serviços de Informática, S.A. vem prestar informação sobre a actividade da empresa, bem como das restantes sociedades englobadas na consolidação de contas, em relação ao exercício de 2003.

Em relação ao grupo de empresas objecto da consolidação de contas, os factos mais relevantes ocorridos no exercício em apreço podem sintetizar-se nos seguintes números:

	<i>(em euros)</i>
Investimentos e desinvestimentos	
Imobilizado incorpóreo	(481.882)
Imobilizado corpóreo	1.110.500
Imobilizado financeiro	195.354
Operações financeiras (acréscimo líquido no período)	
de curto prazo	(4.650.324)
Volume de negócios	27.686.276
Custos mais significativos	
Custos com o pessoal	7.942.154
Amortizações	3.759.565
Resultados financeiros	(1.093.548)
Outros elementos	
Valor global das provisões p/ créditos de cobrança duvidosa	2.142.986
<i>230 pessoas ao serviço no final do período</i>	

1/8

De seguida é apresentada uma análise mais detalhada do que foi a actividade de cada uma das Sociedades englobadas na consolidação.

1. COMPTA – Equipamentos e Serviços de Informática, S.A.

1.1. Actividade comercial

Manteve-se no exercício de 2003 o clima de recessão no mercado e na economia que já se vinha defrontando de há dois anos a esta parte. A economia portuguesa não reflectiu ainda a anunciada saída da crise. Têm-se atravessado períodos em que incipientes sinais pareciam apontar para tal mas, a seguir, voltam a surgir indicadores apontando num sentido negativo.

Assim, no exercício de 2003 a procura manteve-se em retracção, com reflexos muito negativos para toda a economia em geral e particularmente penalizadora dos Fornecedores de produtos à área das telecomunicações, sector onde a COMPTA desenvolve parte substancial da sua actividade. A COMPTA é um reconhecido Fornecedor de soluções integradas para as áreas das telecomunicações e de sistemas de informação para médias e grandes empresas e também como prestadora de serviços, quer no campo das telecomunicações quer no das tecnologias de informação. Está, pois, situada numa área de negócio fortemente afectada pela recessão.

Natural e conseqüentemente em períodos que apresentam os contornos acabados de referir a concorrência exacerba-se, os Clientes procuram, legitimamente, tirar partido da situação, as condições de comercialização, nomeadamente os prazos de pagamento, degradam-se e tudo isto acaba por se fazer reflectir nas margens e nos resultados.

Em 2003 o volume de negócios foi de 22,6 milhões de euros, situando-se cerca de 12% aquém do registado no exercício anterior. A quebra fez-se sentir nas áreas dos produtos (12,3 milhões de euros contra 13,5 em 2002) e dos serviços (10,4 milhões de euros contra 12,3 no ano anterior).

A margem média de comercialização situou-se na ordem dos 19,5% no exercício em apreço, a nível sensivelmente idêntico ao do ano anterior.

Quanto à área da prestação de serviços continuaram a realizar-se investimentos de monta, fundamentalmente na formação dos colaboradores, em ordem à melhoria da qualidade de serviços, assumindo custos cujos proveitos associados se projectam nos exercícios futuros.

1.2. Estratégia

A COMPTA oferece ao mercado vasto e diversificado leque de soluções e serviços cobrindo as áreas das redes multiserviço ATM, Frame Relay e TCP/IP, redes locais com e sem fios (Wireless Lan), Redes ADSL, gestão e operação de redes e de sistemas, Voz sobre IP, Vídeo sobre IP, equipamento para teste de redes, contact centers, sistemas de resposta interactiva por voz (IVR), CRM, Data mining e Data warehousing, Help Desk, gestão de conteúdo, arquivo e workflow, Business Integration, segurança de redes e de sistemas de informação, apresentação e pagamento electrónico de documentos (EBPP), vídeo comunicações, segurança, etc.

A oferta da COMPTA desenvolve-se não apenas através da actividade comercial junto dos utilizadores finais de tecnologia mas também numa actuação indirecta, em parceria com operadores de telecomunicações, consultores e grandes fabricantes internacionais. Neste sentido, tem apostado na consolidação de parcerias com entidades de reconhecida notoriedade, nomeadamente as que já celebrou e oportunamente publicitou com a Lucent Technologies, IBM, etc.

Nas soluções que disponibiliza ao mercado, a COMPTA inclui produtos de alguns dos principais leaders mundiais no mercado das tecnologias de informação, com os quais mantém um relacionamento privilegiado, destacando-se entre eles, Allot Communications, Altitude Software, Angoss, Appel, Checkfree, Cirpack, Cisco Systems, DataPulse CTI, eWare, Emblaze, Filenet Corporation, Genesys Labs, IBM, Interoice/Brite, ISS, Juniper Networks, Lucent Technologies, Mercom, Microsoft, Multitech, Nokia, Nortel Networks, Oracle, Remedy, Seebeyond, Sonus Networks, Sun Microsystems, Tellabs, Trend Communications, Vanguard MS, etc.

2/8

Continua-se a apostar no lançamento de novos produtos, de tecnologias de ponta e dirigidos a nichos de mercado, cujo reflexo esperável venha a tornar-se mais significativo nos próximos exercícios. Tem-se investido com muito interesse na pesquisa desses produtos, com o objectivo consolidação da COMPTA como agente dos mais importantes nestes mercados bem como a necessidade de obtenção de margens mais confortáveis. Na área da comercialização dos produtos e estudo das soluções integradas, manteve-se a política que tem sido preocupação da empresa - inovação, qualidade, imaginação na concepção e segurança das soluções e eficácia na prestação de serviços.

No âmbito da reestruturação da Compta iniciada em 2001, consolidou-se o trabalho de análise sobre a estrutura, os processos e métodos, bem como o desenvolvimento de novas parcerias e produtos. Este objectivo já se fez sentir em 2002 e 2003, só não sendo mais claramente evidente o seu reflexo nos resultados devido à influência dos enunciados factores adversos. Permitiu, contudo, minimizar os efeitos da conjuntura nos resultados operacionais. A necessidade de implantação acelerada destas acções tornou-se mais premente na medida em que se teve de adequar e articular a diminuição significativa do quadro de colaboradores com início no último trimestre de 2002, com o programa de lay-off parcial que se prolongou até Maio de 2003.

1.3. Análise económica e financeira

Mau grado os factores adversos já anteriormente descritos e que conduziram ao decréscimo do volume de actividade, foi possível melhorar os resultados operacionais, que acabaram por fixar-se nos 630 mil euros, contra os 119,4 mil euros apurados em 2002. O resultado líquido do exercício mostrou-se ainda negativo, na ordem dos 689 mil euros, fundamentalmente devido à

desfavorável influência, embora positiva, dos Ganhos em empresas do GRUPO, da ordem dos 1,6 milhões de euros, entre os anos de 2002 e 2003.

A conjuntura vivida, com toda a imprevisibilidade associada, gera desequilíbrios na economia de exploração das empresas, caracterizada pelas maior ou menor rigidez dos custos em confronto com a incerteza dos proveitos.

Na vertente custos dependentes da gestão, têm-se tomado decisões de maior controlo e contenção ajustadas à situação.

No que respeita aos proveitos investe-se na procura de novos produtos, com características mais favoráveis e conformes com as necessidades dos Clientes, acções estas que, normalmente, só produzem resultados a prazos mais dilatados.

Face às circunstâncias referidas foi accionado, já em 2002 e que se prolongou a 2003, um plano de reestruturação visando adequar o mais possível, Custos aos Proveitos, com o objectivo de restabelecer o desejável equilíbrio na exploração. A concretização do plano passou pela adopção de medidas no âmbito do objectivo incrementar Proveitos (pesquisa de novos produtos e mercados) e conter Custos (controlo e rigor).

Não obstante esta evolução de economia de exploração agravada ainda pelo prazo médio dos recebimentos superior em cerca de 45 dias ao dos pagamentos, foi possível regredir o passivo total em cerca de 3,2 milhões de euros, sendo 2,1 milhões de passivo remunerado e 1,1 milhões da passivo não remunerado.

O decréscimo dos capitais circulantes foi mais do que proporcional à quebra de actividade, atingindo cerca de 4,8 milhões de euros em resultado da rigorosa gestão na rotação dos *stocks* e prazos médios de recebimentos e de pagamentos que se saldaram por reduções, respectivamente, de 50 dias e de 15 dias.

1.4. Investimentos e desinvestimentos

3/8

Salvo raras excepções, a COMPTA não se limita a fornecer um produto - v.g., um modem, uma central telefónica, etc.- em condições idênticas às que seguem, por exemplo, os simples Distribuidores/Importadores. Procura responder às solicitações do mercado em que actua, solicitações essas que, pelo seu lado, também raramente se limitam ao pedido de fornecimento de um simples produto. O fornecimento de, por exemplo, um Contact Center, não se restringe à simples entrega de uma central telefónica; envolve muitíssimo mais! Desde o conhecimento das finalidades do centro, dos diversos equipamentos que podem compô-lo e dos softwares apropriados. Projectos deste tipo seguem, normalmente, os princípios da “chave na mão”.

Os Clientes da COMPTA são, fundamentalmente, os Operadores de Telecomunicações, o Mercado Financeiro (Bancos e Seguradoras), grandes Empresas e o Estado. As suas necessidades, desde as redes de telecomunicações até às soluções mais complexas, envolvendo a conjugação de software e hardware, aspectos de segurança, etc., carecem de respostas que, necessariamente, têm subjacente profundo conhecimento das disponibilidades do mercado fornecedor de equipamentos, do domínio das linguagens e ferramentas apropriadas e das possibilidades de concatenação de todos estes meios.

Diz-nos a experiência de mais de 30 anos neste mercado que, normalmente, uma solução montada para responder a uma solicitação concreta tem fortes probabilidades de poder ser aplicada, com as necessárias adaptações, as outras solicitações. Isto é, salvo raras excepções, uma “solução” não se esgota num negócio e, portanto, o custo suportado para a sua montagem pode, e deve, ser repartida no tempo, na presunção de que, desta forma, se procura adequar os Custos aos Proveitos por via do sistema de imobilização desses custos e das amortizações que em cada período contabilístico se consideram como custo.

Acresce que estes negócios mais significativos são geradores de contratos de manutenção e assistência que, naturalmente, se prolongam ao longo do tempo. Considera-se, assim, que uma componente importante dos custos suportados na preparação do projecto ou solução são recuperados por esta via e, portanto, ao longo de períodos que extravasam largamente o da simples venda da solução.

No exercício foram realizados investimentos num valor muito significativo, nomeadamente na área operacional em R&D, formação de pessoal, pesquisa de novos produtos e mercados e equipamentos para reposição e aluguer. No âmbito da reorganização da Compta, face às novas variáveis do mercado, a empresa envolveu os seus recursos na definição da missão, estratégia e objectivos de curto e médio prazo. Trabalhou sobre a estrutura, os processos e métodos, bem como no desenvolvimento de novas parcerias e produtos. Este trabalho ainda não influenciou a actividade de 2003 cujos benefícios esperados só se repercutirão nos próximos exercícios. Neste contexto, situou-se em cerca de 2,1 milhões de euros o valor do esforço desenvolvido e dos custos suportados que ainda não contribuíram para o negócio de 2003, tendo sido efectuada a sua contabilização em Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo, política esta que tem vindo a ser consistentemente adoptada. Entretanto, tendo-se constatado que a algumas imobilizações incorpóreas efectuadas em exercícios anteriores não corresponderam os proveitos esperados e embora estejamos convictos de que ainda poderão gerar algumas vendas, procedeu-se ao seu *wright-off*, num total de 2,5 milhões de euros.

Foi decidido promover a avaliação da totalidade do parque imobiliário afecto ao funcionamento da empresa, tendo presente o tempo decorrido desde as respectivas aquisições, compreendendo os edifícios da sede, da sucursal do Porto e do armazém de Benfica, de modo a permitir que o balanço reflecta com maior rigor a situação patrimonial da sociedade. Para o efeito recorreu-se a entidade idónea e independente, a Luso-Roux, S.A..

Face aos resultados apurados, tendo por base o valor corrente de mercado, procedeu-se a uma reavaliação livre destes activos imobilizados corpóreos, de acordo com o previsto na Directriz Contabilística nº 16, tendo originado uma Reserva de Reavaliação de 1.225.699 euros.

No período em apreço, os desinvestimentos atingiram 70 mil euros, correspondentes a abates ao imobilizado corpóreo, de bens alienados ou obsoletos. Procedeu-se ao abate dos activos incorpóreos registados em anos anteriores a 1999.

Por se entender mais adequado ao período de vida esperado para as imobilizações incorpóreas que se vêm efectuando, foi adoptado o critério de, relativamente às de 2003, utilizar as taxas mínimas previstas no Código do IRC. As amortizações contabilizadas como custo ascenderam a 3,2 milhões de euros, abrangendo os imobilizados corpóreo e incorpóreo. Operações financeiras

4/8

1.5. Outros elementos

Tendo em conta os riscos de crédito, considerados reduzidos, julga-se adequado o nível das Provisões criadas.

As existências continuam a apresentar um valor despiciendo face ao volume de actividade, representando uma rotação média de 15 dias.

O quadro de colaboradores regista evolução em consonância com a retracção da actividade, de 176 no início do ano para 166 no final.

Em 31 de Dezembro, a sociedade detinha em carteira acções próprias, cujo valor de aquisição se encontra abatido aos capitais próprios no balanço.

A situação líquida em 31 de Dezembro situou-se a nível inferior a metade do Capital Social. Para ultrapassar esta situação o Conselho de Administração tenciona, em momento oportuno, adoptar providências de saneamento, após consulta aos seus Accionistas.

Já em 2004 o Administradores Srs. Drs. João Arnaldo Rodrigues de Sousa e Helder José Mendonça Braz renunciaram aos cargos de vogais deste Conselho. É proposta à Assembleia Geral a redução do Conselho, de 7 para 5 membros.

1.6. Perspectivas

Espera-se que em 2004 se assista à inversão da situação que tem sido vivida e que se possa sentir um crescimento da actividade na área dos serviços e dos produtos. Admite-se alguma recuperação nas margens médias de comercialização, face ao esforço desenvolvido na obtenção de novos produtos e de penetração em novas áreas de mercado.

1.7. Práticas do Governo Societário

Em anexo é apresentado um relatório sobre o assunto em epígrafe.

2. COMPTA B2B – Tecnologias de Informação, S.A.

Trata-se de uma *start-up* que iniciou a actividade em 2001. Foi criada com o objectivo de complementar a oferta do Grupo Compta na área das tecnologias e soluções e-Business, posicionando-se e estruturando-se de forma a prestar um serviço global aos seus clientes, privilegiando sempre relações de parceria estáveis e duradouras.

Durante todo o ano de 2003 a empresa continuou a sua actividade nos EUA, em parceria com o bcpbank. Esta parceria permitiu consolidar os produtos desenvolvidos em conjunto e a sua divulgação a algumas áreas de mercado. Tendo sido um ano particularmente difícil, a empresa, mantendo os seus 5 colaboradores permanentes, conseguiu um volume de facturação de cerca de 448 mil euros, o que corresponde a um crescimento de cerca de 16% relativamente a 2002.

Para o ano de 2004 a empresa conta desenvolver a sua actividade em duas direcções, no mercado dos EUA, continuando a sua parceria com o bcpbank para a prestação de serviços e para o desenvolvimento e comercialização de produtos para a área bancária e no mercado nacional, em colaboração com a Compta, na comercialização dos seus produtos e serviços no mercado nacional.

3. E-TEMPUS SGPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

A **E-TEMPUS SGPS** acompanhou o desenvolvimento da actividade das participadas e nos casos em que se mostrou necessário e ou aconselhável, dotou-as com os recursos financeiros considerados adequados, continuando a apoiar a gestão quando necessário.

Na fase recessiva que a economia mundial e também a portuguesa atravessam, manteve-se a política de redução da carteira de investimentos.

Assim, relativamente ao exercício de 2003 e no que toca à carteira de participações, há a referir as seguintes alienações:

- da participação na Rhmais – Organização e Gestão de Recursos Humanos, S.A.,
- da participação na Multitempo – Empresa de Trabalho Temporário, Lda. e
- da participação na Vallstein – Consultadoria Financeira, Lda.

A empresa apresenta uma situação financeira que lhe permite continuar a sustentar o desenvolvimento dos projectos já lançados. Não está previsto o lançamento de novos projectos.

Relativamente às participadas da **E-TEMPUS**, em cuja gestão há maior intervenção, descrevem-se os factos mais relevantes sobre a actividade dessas empresas no ano de 2002 e suas perspectivas.

4. AUDIO MEDIA – Sistemas e Tecnologias de Informação, S.A.

Durante o período em análise a empresa continuou a sofrer acções de reestruturação que passaram, nomeadamente, pela racionalização de meios humanos, implementação de sistemas de controlo e focalização do negócio em “nichos” de mercado ajustados à sua dimensão.

Estas acções criaram condições para a execução de trabalhos mais exigentes e conseqüentemente uma subida das margens brutas operacionais. Prevê-se para o início de 2004 a admissão de um elemento para a área comercial tendo em vista o alargamento da carteira de clientes.

Em 2003 a facturação atingiu os 462.052 euros.

5. COMPTRADING – Companhia de Comércio e Serviços, S.A.

Durante o período em análise constatou-se uma quebra acentuada do mercado de audiovisuais no 1º semestre.

O segundo semestre denotou uma substancial melhoria da facturação resultante de obras realizadas em auditórios que foram equipados pela Comptrading nas componentes de luz e áudio.

No último trimestre notou-se também um aumento da procura de equipamento na área das comunicações. As perspectivas para 2004 parecem relativamente animadoras.

Em relação ao mercado externo e por força da falta de financiamento, continua-se sem concretizar qualquer operação apesar das diversas tentativas para desbloquear tal situação.

A facturação somou 530 mil euros, o que representa um acréscimo de 13% relativamente ao exercício anterior.

6. DATA BOLSA – Base de Dados e Telecomunicações, S.A.

Esta sociedade exercia actividade como prestadora de serviços na área das telecomunicações, nomeadamente através da exploração de um nó de comunicações internacionais. Muito embora se encontre neste momento inactiva, procura-se potenciar novos produtos e serviços de modo a permitir uma oferta qualitativa e competitiva em termos de mercado.

7. DEZ – Desenvolvimento Empresarial, S.A.

A DEZ actua como prestadora de serviços às empresas nos campos da contabilidade, auditoria, apoio fiscal e jurídico, etc. Tem como clientes as empresas do Grupo bem como outras que com ele não têm qualquer relação de dependência.

Com o decréscimo de actividade dos seus clientes, alguns dos quais em situação de inactividade, a facturação apresenta-se em fase decrescente e os resultados reflectem, também, essa situação. Para contrariar esta tendência estão-se a desenvolver esforços de angariação de novos clientes.

8. IMOTRON – Edifícios Inteligentes, S.A.

A Imotron, em 2003, manteve actividade nas áreas de negócio tradicionais, fornecendo e instalando infra-estruturas de comunicações e sistemas de segurança e executando serviços de manutenção em diversos sectores, nomeadamente na banca, administração pública, operadores de telecomunicações, Forças Armadas, empresas de serviços e industria.

6/8

A situação recessiva do mercado tem-se reflectido na actividade da Imotron que defronta dificuldades de ampliação do seu volume de negócios e, sob o ponto de vista financeiro, de cobrança dos seus fornecimentos já que se assiste a uma dilatação dos prazos médios de pagamento praticados no mercado.

A Empresa continua a apostar na área dos sistemas de segurança electrónica procurando tirar partido do contrato de parceria com a Magal, líder no mercado internacional no fornecimento de sistemas integrados de segurança e de detecção perimétrica. As perspectivas são animadoras.

9. S3 – Sistemas, Software e Serviços, S.A.

Desde o início do ano de 2000 que a S3 deixou de ter actividade. Espera-se concretizar a sua liquidação no ano de 2004.

10. SPECTACOLOR PORTUGAL – Publicidade Informatizada, S.A.

O ano de 2003 não trouxe alterações significativas relativamente ao exercício anterior no que respeita ao comportamento da economia, com os reflexos naturais na actividade da empresa.

A facturação da empresa no período em análise teve uma quebra da ordem dos 6% que ficou a dever-se, fundamentalmente, à desactivação da publicidade em revistas.

A empresa mantém em 2004 a exploração da publicidade nas máquinas ATM, bem como nos comboios da linha de Cascais. Em Dezembro de 2003 e após análise de rentabilidade, foi desactivado o Painel Electrónico da Rua Tomás Ribeiro.

O Resultado Líquido do exercício ultrapassou os 495 mil euros, sendo o cash Flow gerado superior a 686 mil euros.

11. TECNOTRON – Sistemas de Automação, S.A.

A TECNOTRON não tem conseguido superar a fase de recessão em que o mercado se encontra. Por tal razão foi decidido desactivar a empresa e proceder à sua liquidação o que se espera concretizar em 2004.

12. THINK – Tecnologias de Informação, Lda.

Não obstante os esforços de penetração no mercado tem-se mostrado especialmente difícil ampliar a carteira de Clientes. Mesmo relativamente a projectos já em fase avançada, que obrigaram a investimentos avultados, tem havido por parte dos Clientes dilação nas tomadas de decisão. Estão neste caso alguns projectos de aplicação para troca de encomendas e facturas com um grande retalhista e integração da informação no SAP, para troca e confirmação de encomendas, via Internet, aplicação para automatização da gestão operacional de duas grandes unidades fabris, uma das quais no sector automóvel, com interface *Web*, aplicação, com interface *Web*, para a automatização e gestão de Laboratórios de Análises Clínicas de um grande hospital, etc.

Tem-se procurado incentivar a colaboração com a COMPTA, aproveitando-se as sinergias da força de vendas da empresa mãe. Admite-se que, a manter-se esta situação, possa vir a equacionar-se a absorção por aquela da actividade da THINK.

13. XECOMPEX – Equipamentos e Serviços, S.A.

O ano de 2003 foi marcado por um clima de pessimismo e de contracção do investimento. O Produto Interno Bruto decresceu (1,3%) face a 2002 resultando fundamentalmente da quebra da procura interna. A quebra do investimento cifrou-se em (9,5%) sendo o agregado que mais contribuiu para a contracção do PIB.

Face à conjuntura de 2003, a Xecomplex operou comercialmente num clima de grande dificuldade o que obrigou ao reforço das áreas de coordenação comercial bem como o recurso à acção de telemarketing. Apesar das situações apontadas a Xecomplex teve, por força das acções tomadas, um crescimento da facturação de 11%. Para tal será de destacar a performance do Centro de Impressão que continua com um crescimento de dois dígitos ano após ano.

7/8

O resultado líquido do exercício cifrou-se em 247.490€

14. Sociedades liquidadas

Tal como previsto e já referido no relatório do ano transacto, em 2003 concretizou-se a liquidação das seguintes sociedades

- Compta Internacional – Investimentos e Participações, S.A
- Datamais – Base de Dados, S.A.
- Mobitel – Serviços de Telecomunicações Complementares Móveis, S.A.

Notas finais

As contas individuais das sociedades acima referidas e englobadas nesta consolidação encontram-se disponíveis na sede da Sociedade onde poderão ser consultadas pelos eventuais interessados.

Declaração

Os signatários declaram que os elementos inscritos nesta informação para os efeitos do disposto no Decreto-Lei 142-A/91 são verídicos e que não há omissões nem alterações qualitativas e/ou quantitativas na mesma.

Lisboa, 15 de Abril de 2004

O Conselho de Administração da Compta – Equipamentos e Serviços de Informática, S. A.

Vitor José Magalhães Assunção – Presidente

José Eugénio Soares Vinagre – Administrador

Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa – Administrador Delegado

8/8

Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção – Vice Presidente

João Arnaldo Rodrigues de Sousa – Vice Presidente

Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção – Administrador

Helder José Mendonça Braz – Administrador

Relatório sobre práticas de governo da sociedade

Capítulo O. Práticas do Governo das Sociedades

1. A Sociedade adopta, na sua generalidade, as recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades.

Capítulo I. Divulgação da Informação

1. Face à retracção do mercado e ao seu reflexo na actividade da Empresa, houve que proceder a acertos na organização, ao abrigo dos quais resulta, neste momento, o organograma apresentado no final do presente relatório. Está, também, definido um sistema de descrição de funções e um sistema APP (análise do perfil pessoal) e existe um Manual do Colaborador, documento distribuído a todos os empregados.
2. No final é mostrado um resumo da evolução da cotação das acções. O último aumento de capital para o dobro, por incorporação de reservas, não deixou, naturalmente, de se reflectir na cotação das acções. Um desempenho menos favorável no primeiro semestre de 2002 terá, também, influenciado a cotação. Para além destes dois casos, cremos que a evolução das cotações traduz as condições prevalecentes no mercado a atravessar uma fase recessiva.
3. No presente exercício, face ao prejuízo registado, não é possível considerar qualquer remuneração ao capital.
4. Não existem nem estão previstos, quaisquer planos de atribuição de opções ou de aquisição de acções.
5. A sociedade tem disponível uma página na Internet – www.compta.pt – onde põe à consulta do mercado informações de várias naturezas - financeiras, comerciais, parcerias, factos mais significativos na vida da sociedade, etc. - que reputa de suficiente interesse para divulgação.
6. Não existe gabinete de apoio ao investidor. O representante para as relações com o mercado é o Administrador, Sr. Dr. José Eugénio Soares Vinagre.

Capítulo II. Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

1. Não existem regras estatutárias que afastem o direito de voto por correspondência, não estando, no entanto, definido qualquer modelo para o efeito. Não está previsto o exercício do direito de voto por meios electrónicos.
2. A representação de accionistas nas reuniões da assembleia-geral apenas poderá ser feita pelo seu cônjuge, ascendente ou descendente, por outro accionista ou por membro do conselho de administração.

3. Os instrumentos de representação voluntária, tanto de pessoas colectivas como singulares, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da assembleia-geral até ao terceiro dia útil antes da data prevista para a reunião.
4. A cada grupo de 100 acções corresponde um voto. Não serão contados votos emitidos por um accionista que, em nome próprio ou em representação de outro, excedam 10% dos votos correspondentes ao capital.

Capítulo III. Regras Societárias

1. Não existem códigos de conduta próprios da sociedade.
2. A sociedade dispõe de sistema interno de controlo para detecção dos riscos inerentes à actividade da empresa, baseado em auditorias efectuadas, pelo menos, 2 vezes por ano.
3. Não existem limitações ao exercício do direito de voto para além dos fixados no contrato de sociedade - art.º 11º, nº 2: “Não serão contados os votos emitidos por um accionista que, em nome próprio ou em representação de outros, excedam dez por cento dos votos correspondentes ao capital.” Não são conhecidos acordos parassociais.
4. Não existem na Sociedade Comissões Específicas que possam ser enquadradas no nº 2 do Capítulo I do Anexo do Regulamento nº 11/2003 da CMVM;

Capítulo IV. Órgão de Administração

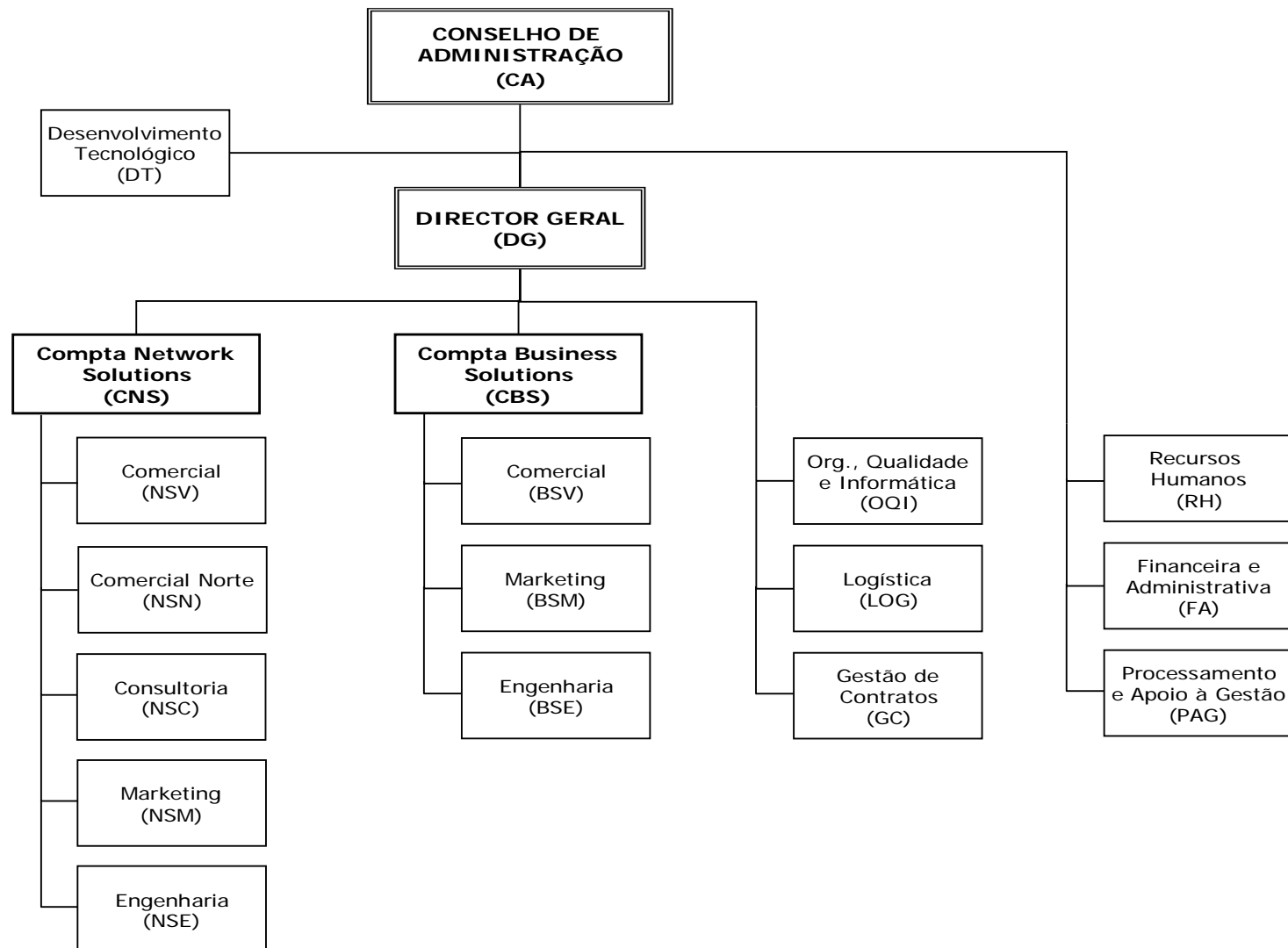
1. Entre os 7 administradores da sociedade, 4 deles são independentes em relação aos accionistas dominantes. Dos 7 membros, 4 exercem uma orientação permanente em relação à gestão da sociedade e os restantes 3 são não executivos. No final deste relatório é apresentado um quadro detalhado.
2. Está prevista a redução do Conselho de Administração para 5 membros, dos quais 3 executivos e os restantes dois não executivos.
3. Os administradores executivos e não executivos reúnem-se com regularidade, pelo menos mensalmente, para análise da orientação da sociedade. Os administradores executivos trocam impressões diariamente, apenas reunindo de um modo formal quando algum assunto o exija.
4. No exercício de 2003 reformulou-se a composição da Comissão Executiva que passou a ser composta pelos dois Vice Presidentes e pelo Administrador Delegado.
5. O Conselho de Administração reúne-se quinzenalmente com os Assessores da Administração e com o Director Geral, passando em revista a actividade desenvolvida na quinzena, analisando as perspectivas e equacionando as medidas que se imponham.
6. Não existem comissões de controlo internas.
7. Os membros da administração não têm as suas remunerações dependentes directamente dos resultados da sociedade.
8. As condições remuneratórias são fixadas por uma Comissão de Vencimentos, eleita pelos accionistas. Nunca foi proposto qualquer plano de atribuição de acções ou de opções de sua aquisição e não está previsto para um futuro próximo.

Administradores	Remunerações auferidas (€) ^(a)		
	Parte fixa	Parte variável	Total
Executivos	678.036	-	678.036
Não executivos	86.096	-	86.096
Totais	764.132	-	764.132

(a) – já deduzidas da afectação do *lay-off* que prevaleceu até Abril de 2103.

Lisboa, 2 de Abril de 2004

Capítulo I – 1.



Capítulo I – 2.

2002 Mês	Nº de Sessões	Nº de Operações	Quantidade	Valor (€)	Cotações					
					Última		Mínima		Máxima	
					€	Data	€	Data	€	Data
JAN	20	156	22.545	62.617	2,43	31/01/03	2,43	31/01/03	3,09	02/01/03
FEV	13	71	5.380	10.805	1,76	28/02/02	1,76	28/02/03	2,52	06/02/03
MAR	10	42	4.674	8.200	1,76	25/03/03	1,65	25/03/03	1,93	03/03/03
ABR	16	56	5.200	8.286	1,62	30/04/03	1,51	04/04/03	1,82	01/04/03
MAI	13	46	8.673	10.162	1,61	30/05/03	1,35	08/05/03	1,69	02/05/03
JUN	14	116	9.590	14.852	1,54	27/06/03	1,45	25/06/03	1,66	06/06/03
JUL	16	95	11.882	18.749	1,55	30/07/03	1,50	03/07/03	1,70	11/07/03
AGO	16	62	10.382	15.405	1,53	29/08/03	1,35	14/08/03	1,58	06/08/03
SET	12	39	11.292	16.870	1,55	29/09/03	1,40	09/09/03	1,55	09/09/03
OUT	17	50	4.325	6.417	1,49	31/10/03	1,43	06/10/03	1,54	14/10/03
NOV	13	69	16.135	23.568	1,50	28/11/03	1,34	03/11/03	1,61	28/11/03
DEZ	12	72	23.503	39.691	1,65	31/12/03	1,56	29/12/03	1,99	02/12/03
Totais Médias	172	874	133.581	235.622	1,67		1,56		1,89	

Nos três últimos exercícios os resultados alcançados não permitiram a atribuição de dividendos, contrariamente à política adoptada anteriormente pois, desde que foi possível, distribuíram-se dividendos e procedeu-se a diversos aumentos de capital por incorporação de reservas.

Capítulo IV – 1.

Entidade		Cargo	Funções de administração exercidas noutras sociedades
Vítor José Magalhães Assunção	D/E	Presidente	Compta Internacional – Investimentos e Participações, S.A. – Presidente do C.A.E-Tempus International, Ltd. - Gerente E-Tempus SGPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. – Presidente do C.A.
Ana Mafalda Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	D/E	Vice-Presidente	Compta B2B – Tecnologias de Informação, S.A. – Presidente do C.A. Compta Internacional – Investimentos e Participações, S.A. – Administrador Dez – Desenvolvimento Empresarial, S.A. – Presidente do C.A. E-Tempus International, Ltd. - Gerente E-Tempus SGPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. – Administrador Spectacolor Portugal – Publicidade Informatizada, S.A. – Presidente do C.A.
Afonso Júlio de Lemos Chaby Rosa	I/E	Adm.Delegado	S3 – Sistemas, Software e Serviços, S.A. – Presidente do C.A.
João Arnaldo Rodrigues de Sousa	I/E	Vice-Presidente	Compta Internacional – Investimentos e Participações, S.A. – Administrador Comptrading – Companhia de Comércio e Serviços, S.A – Presidente do C.A.Dez – Desenvolvimento Empresarial, S.A. – Administrador E-Tempus International, Ltd. - Gerente E-Tempus SGPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. – Administrador Imotron – Edifícios Inteligentes, S.A. – Presidente do C.A. S3 – Sistemas, Software e Serviços, S.A. – Administrador Spectacolor Portugal – Publicidade Informatizada, S.A. – Administrador Tecnotron – Sistemas de Automação, S.A. – Administrador VA – Consultores de Gestão, S.A. – Administrador Único VA2 – Gestão Imobiliária, S.A. – Administrador Único VA5 – Imobiliário, S.A. – Administrador Único
José Eugénio Soares Vinagre	I/NE	Administrador	<i>D – Accionistas dominantes; I – Accionistas Independentes</i> <i>E – Administradores Executivos; NE – Administradores não executivos</i>
Pedro José Bussaco Pereira de Magalhães Assunção	D/NE	Administrador	
Helder José de Mendonça Braz	I/NE	Administrador	

Ao Auditor foram liquidadas, no exercício de 2003, as verbas a seguir indicadas (s/ IVA), a título de remuneração dos serviços prestados, não tendo havido quaisquer outras relações:

12x€1.525,00 = €18.300,00 - Honorários

2x€7.500,00 = €15.000,00 – Honorários relativos ao parecer do Auditor Externo

2x€6.200,00 = €12.400,00 – Trabalhos adicionais para emissão do parecer de Auditor Externo Total: €45.700,00

COMPTA - Equipamentos e Serviços de Informática, S. A. e SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em euros)

CUSTOS E PERDAS	No- tas	2003		2002		PROVEITOS E GANHOS	No- tas	2003		2002	
Custo das mercadorias vendidas			9.942.399,05		11.159.139,60	Vendas de mercadorias	36	12.799.933,32		13.917.116,91	
Fornecimentos e serviços externos			6.279.788,65		10.081.158,35	Prestações de serviços	36	14.886.342,28	27.686.275,60	33.244.819,81	47.161.936,72
Custos com pessoal						Varição da produção		(37.047,50)			
Remunerações		6.312.172,67		18.031.422,98		Trabalhos para a própria empresa		950.882,50		7.968,29	
Encargos sociais		-				Proveitos suplementares		(57.067,57)		834.902,12	
Prémios para pensões		109.614,09		148.296,97		Subsídios à exploração		-		61.357,69	
Outros		1.520.367,66	7.942.154,42	4.747.084,78	22.926.804,73	Outros proveitos operacionais		46.913,91	903.681,34	7.155,88	911.383,98
Amortizações do imobilizado	27	3.759.564,61		4.462.242,89			(B)		28.589.956,94		48.073.320,70
Provisões	46	512.520,28	4.272.084,89	792.817,89	5.255.060,78	Ganhos relativos a empresas interligadas		113.845,42		65.758,80	
Impostos		155.804,32		98.757,64		Rendim. de títulos negoci. e outras aplicações		71.327,33		65.332,79	
Outros custos operacionais		7.733,05	163.537,37	23.836,65	122.594,29	Outros		597.459,86	782.632,61	1.016.948,78	1.148.040,37
	(A)		28.599.964,38		49.544.757,75	Outros juros e proveitos similares - Outros	44				
Perdas relativas a empresas interligadas				32.010,50			(D)		29.372.589,55		49.221.361,07
Juros e custos similares - Outros	44	1.876.181,49	1.876.181,49	2.959.130,42	2.991.140,92	Proveitos e ganhos extraordinários	45		811.882,32		4.982.130,23
	(C)		30.476.145,87		52.535.898,67						
Custos e perdas extraordinários	45		1.498.279,38		3.975.286,49						
	(E)		31.974.425,25		56.511.185,16						
Imposto sobre o rendimento do exercício	57		240.308,66		558.889,86						
	(G)		32.214.733,91		57.070.075,02						
Interesses minoritários			(219.009,39)		(358.027,59)						
	(H)		31.995.724,52		56.712.047,43						
Resultado consolidado líquido do exercício			(1.811.252,65)		(2.508.556,13)						
			30.184.471,87		54.203.491,30		(F)		30.184.471,87		54.203.491,30

Resultados operacionais: (B)-(A)= (10.007,44) (1.471.437,05)

Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)= (1.093.548,88) (1.843.100,55)

Resultados correntes: (D)-(C)= (1.103.556,32) (3.314.537,60)

Resultados antes de impostos: (F)-(E)= (1.789.953,38) (2.307.693,86)

Resultado consolidado com os interesses minoritários do exercício: (F)-(H)= (1.811.252,65) (2.508.556,13)

O anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003

COMPTA - Equipamentos e Serviços de Informática, S. A. e SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em euros)

	2003	2002
Vendas e prestação de serviços	27.686.275,60	47.155.043,98
Custo das vendas e prestação de serviços	(19.534.010,12)	(37.372.989,40)
Resultados Brutos	8.152.265,48	9.782.054,58
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.712.668,32	5.744.593,30
Custos de distribuição	(231.540,26)	(495.971,25)
Custos administrativos	(7.872.221,69)	(10.035.477,42)
Outros custos e perdas operacionais	(1.871.605,58)	(4.242.378,42)
Resultados Operacionais	(110.433,73)	752.820,79
Custos líquidos de financiamento	(1.465.338,50)	(1.879.432,90)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	113.845,42	33.748,30
Ganhos (perdas) em outros investimentos	257.873,85	2.584,05
Resultados correntes	(1.204.052,96)	(1.090.279,76)
Imposto sobre resultados correntes	(240.308,66)	(558.889,86)
Resultados correntes após impostos	(1.444.361,62)	(1.649.169,62)
Interesses minoritários	219.009,39	358.027,59
Resultado extraordinário	(585.900,42)	(1.217.414,10)
Resultado líquido do exercício	(1.811.252,65)	(2.508.556,13)
Resultado por acção	(0,60)	(0,84)

O anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003

COMPTA - Equipamentos e Serviços de Informática, S. A. e SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em euros)

		2003	2002
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes	+	30.132.556,56	59.177.101,10
Pagamentos a fornecedores	-	16.392.017,96	23.377.607,24
Pagamentos ao pessoal	-	5.400.387,92	16.261.078,03
Fluxo gerado pelas operações		8.340.150,68	19.538.415,83
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	(555.251,06)	(1.382.812,60)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	-/+	(2.293.803,85)	(15.921.440,84)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		5.491.095,77	2.234.162,39
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	+	343.318,06	16.261,75
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-	38.114,51	62.131,67
Fluxos das actividades operacionais (1)		5.796.299,32	2.188.292,47
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	+	1.186.188,37	1.812,62
Imobilizações corpóreas	+	35.151,49	19.014,75
Juros e proveitos similares	+	257.801,38	112.320,31
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	-	176.397,05	1.792.072,91
Imobilizações corpóreas	-	224.839,32	470.980,38
Imobilizações incorpóreas	-	430.939,54	408.395,76
Fluxos das actividades de investimento (2)		646.965,33	(2.538.301,37)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	+	10.884.643,71	6.051.711,20
Juros e proveitos similares	+	494,11	-
Outros recebimentos provenientes de act. de financiamento	+	11.905.504,72	12.735.656,86
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	-	13.971.660,50	5.319.950,60
Amortização de contratos de locação financeira	-	1.699.991,44	1.523.562,46
Juros e custos similares	-	1.262.173,68	1.413.301,53
Dividendos	-	-	31.785,36
Aquisição de acções (quotas) próprias	-	109,73	5.052,87
Outros pagamentos provenientes de act. de financiamento	-	12.735.656,86	11.010.226,91
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(6.878.949,67)	(516.511,67)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(435.685,02)	(866.520,57)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.220.739,02	3.577.181,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período		785.054,00	2.710.661,07
		(435.685,02)	(866.520,57)

O anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003

**COMPTA - EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S.A.
E SUBSIDIÁRIAS**

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

(Montantes expressos em euros)

I. Informações sobre empresas incluídas e/ou excluídas da consolidação

Nota introdutória

O Grupo Compta - Equipamentos e Serviços de Informática, S.A., inclui as empresas identificadas nas Notas 1 e 2 e tem como actividade principal a comercialização de produtos de informática e a prestação de serviços conexos.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias e associadas, reportadas a 31 de Dezembro de 2003, e incluídas na consolidação, estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, a Administração da empresa-mãe entende que aquelas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade para a apresentação de contas consolidadas (POC). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Grupo ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Empresas incluídas na consolidação

Empresas incluídas na consolidação em 31 de Dezembro de 2003:

Empresa/Sede	Data de Constituição	Actividade	Prop.efec. capital detido		Condições e métodos de consolidação Dec. Lei nº 238/91, de 2 Julho
			Directa	Indirecta	
Compta - Equipamentos e Serviços de Informática, S.A. Av. José Gomes Ferreira, 13 - Miraflores, 1495-139 Algés	16/Mai/72	Comercialização de serviços de informática e prestação de serviços conexos			Empresa mãe - Método integral
E-Tempus SGPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. Av. José Gomes Ferreira, 13 - Miraflores, 1495-139 Algés	21/Nov/90	Sociedade Gestora de Participações Sociais	100%		a) c) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artºº, alínea a) - Método integral
Compta B2B - Tecnologias de Informação, S.A. Av. José Gomes Ferreira, 13 - Miraflores, 1495-139 Algés	18/Jan/01	Prestação serviços, consultoria, comercializ.de bens e produtos no âmbito das tecnologias de informação	99,8%		a) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artºº, alínea a) - Método integral
S3 - Sistemas, Software e Serviços, S.A. Praça de Alvalade, 6, 3º, B 1, 1700 Lisboa	05/Jun/90	Representação, desenvolvimento e comercialização de software informático e prestação de serviços conexos		100%	b) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artºº, alínea a) - Método integral
Comptrading - Companhia de Comércio e Serviços, S.A. Av. José Gomes Ferreira, 13 - Miraflores, 1495-139 Algés	27/Fev/87	Comercialização de computadores e outros produtos e serviços		97%	b) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artºº, alínea a) - Método integral
Audio Media - Sistemas e Tecnologias de Informação, S.A. Av. José Gomes Ferreira, 13 - Miraflores, 1495-139 Algés	27/Fev/92	Prestação de Serviços e apoio através de tecnologias de audiotex e prestação de serviços conexos		100%	b) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artºº, alínea a) - Método integral
Imotron - Edifícios Inteligentes, S.A. Av. José Gomes Ferreira, 13 - Miraflores, 1495-139 Algés	20/Jan/93	Estudos projectos e instalação de soluções nas áreas da domótica e imótica e prestação de serviços conexos		79%	b) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artºº, alínea a) - Método integral
Tecnotron - Sistemas de Automação, S.A. Av. José Gomes Ferreira, 13 - Miraflores, 1495-139 Algés	04/Jul/91	Investigar, desenvolver, produzir e comercializar materiais para sistemas integrados p/automação, robótica, etc.		72%	b) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artºº, alínea a) - Método integral
Databolsa - Base de Dados e Telecomunicações, S.A. Av. José Gomes Ferreira, 13 - Miraflores, 1495-139 Algés	27/Fev/92	Exploração de base de dados da Bolsa e/ou outros serviços conexos		60%	b) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artºº, alínea a) - Método integral
Spectacolor Portugal - Publicidade Informatizada, S.A. Av. António Augusto de Aguiar, 106 - 2º, 1000 Lisboa	28/Dez/89	Desenvolvimento e aplicação de novas formas de public. e técnicas de comercialização (public. inform. e novas tecnol.)		86%	b) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artºº, alínea a) - Método integral
Dez - Desenvolvimento Empresarial, S.A. Av. José Gomes Ferreira, 13 - Miraflores, 1495-139 Algés	15/Set/93	Estudos, consult. e prest. serviços em gestão global e funcional, estratégia empres., gestão de participações, etc.		99%	d) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artºº, alínea a) - Método integral
Think - Tecnologias de Informação, Lda Av. José Gomes Ferreira, 13 - Miraflores, 1495-139 Algés	05/Fev/98	Invest., consult., projecto, análise, desenvolvº., customizaç. e outro mat. inf. Formação, utilização e operação de TI		67%	b) Maioria dos direitos de voto dos titulares do capital (artºº, alínea a) - Método integral

Observações:

a) Participação detida pela Compta - Equipamentos e Serviços de Informática, S.A..

b) Participação detida pela E-Tempus SGPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A..

c) Anteriormente denominada Compta SGPS, S.A..

d) Participação de 93,75% detida em pela E-Tempus SGPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.. Adicionalmente a Comptrading detém uma participação de 4,97%

2. Empresas excluídas da consolidação

Empresa	Proporção do capital detido na empresa		Condições para não consolidação e método de valorimetria Dec. Lei n.º 238/91, de 2 de Julho
	%	Montante	
Xecomplex - Equipamentos e Serviços, S.A. Av. António Augusto de Aguiar, 106, 1000 Lisboa	46%	193.040	Empresa não enquadrada no art.º 1.º Equivalência Patrimonial
E-Tempus Internacional, Lda. Scotiabank building, Cardinal Avenue George Town, Grand Cayman, Cayman Islands British West Indies	100%	52.372	Empresa considerada imaterial para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo Custo de aquisição
itime - Instituto de tecnologia e inovação para a modernização empresarial Est. do Paço do Lumiar, 16 - 1600 Lisboa		7.000	Participação não enquadrada no art.º 1.º e imaterial para apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo Custo de aquisição
Fundic - Fundo para o desenvolvimento das ciências da construção Av. do Brasil, 101 - Lisboa		10.000	Participação não enquadrada no art.º 1.º e imaterial para apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo Custo de aquisição
Cabo TV Madeirense, S.A. Av. EUA, Nazaré - Funchal	6%	1.649.700	Participação não enquadrada no art.º 1.º e imaterial para apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo Custo de aquisição
Edições Arrábida, Lda Multidifusão, S.A.			- Empresas em processo de falência registadas ao custo de aquisição mas como investimento totalmente provisionado

Os relatórios de contas das empresas excluídas da consolidação encontram-se à disposição dos Senhores Accionistas nas sedes das sociedades.

7. Número médio de Pessoal

Durante o exercício de 2003 e 2002, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi de 230 e 675, respectivamente.

III. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

10. Diferenças de consolidação e ajustamentos de partes de capital em associadas

Em 31 de Dezembro de 2003, o saldo desta rubrica compõe-se da seguinte forma:

Empresa Participada	Diferenças de Consolidação [Montante]
Audio Media - Sistemas e Tecnologias de Informação, S.A.	(2.561.021)
Comptrading - Companhia de Comércio e Serviços, S.A.	(440.348)
Compta B2B - Tecnologias de Informação, S.A.	(74.748)
Databolsa - Base de Dados e Telecomunicações, S.A.	(30)
Dez - Desenvolvimento Empresarial, S.A.	(234.377)
E-Tempus SGPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	116
Imotron - Edifícios Inteligentes, S.A.	253.177
S3 - Sistemas, Software e Serviços, S.A.	(900.988)
Spectacolor Portugal - Publicidade Informatizada, S.A.	(201.748)
Tecnotron - Sistemas de Automação, S.A.	(2.286.540)
Think - Tecnologias de Informação, Lda	(99.116)
	(6.545.621)

Empresa Participada	Custo de aquisição	Proporção dos capitais próprios detidos		Ajustamento de partes de capital
	[Montante]	[%]	[Montante]	[Montante]
Xecompex - Eq. e Serviços, S.A.	330.605	46,000%	193.040	(137.565)

Os saldos das rubricas Diferenças de Consolidação e Ajustamentos de partes de capital em associadas, foram originados na primeira consolidação das demonstrações financeiras pelo método integral e de aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 18), respectivamente, e correspondem à compensação efectuada entre os valores contabilísticos das partes de capital detidas e a proporção dos capitais próprios que elas representam, reportadas à data da primeira consolidação.

15. Consistência de aplicação dos critérios de valorimetria

Os critérios de valorimetria utilizados pelas empresas do grupo foram consistentes entre si e são os descritos na Nota 23, excepto quanto à constituição de provisões para cobrança duvidosa. Estas, em virtude desta inconsistência, foram reforçadas a nível das contas consolidadas (Nota 46).

18. Critérios de contabilização dos investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em associadas e em empresas do grupo não incluídas na consolidação, por terem actividade diferenciada das restantes empresas do grupo (Nota 2) encontram-se registados nas demonstrações financeiras anexas pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos financeiros em partes de capital em empresas participadas, encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros registados ao custo (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração de resultados do exercício quando é decidida e anunciada a sua distribuição.

As diferenças positivas entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas filiais e associadas e o valor proporcional à participação da empresa nos capitais próprios dessas filiais e associadas à data de aquisição, quando posterior a 1 de Janeiro de 1991, são registadas na rubrica de "Diferenças de consolidação".

IV. Informações relativas a compromissos assumidos

21. Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço consolidado

O Grupo apresentava, em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, responsabilidades por factoring e letras descontadas, como segue:

	2003	2002
Factoring	2.648.157	7.912.313
Letras descontadas	21.457	59.753
	2.669.613	7.972.066

22. Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o Grupo tinha assumido responsabilidades com garantias prestadas para concursos públicos, como segue:

	2003	2002
Garantias bancárias	969.499	386.006
Seguros de caução	150.134	111.475
	1.119.633	497.481

V. Políticas Contabilísticas

23. Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos utilizados

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas do Grupo (Nota 1) mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação

Conforme indicado nas Notas 1 e 2 utilizaram-se, na consolidação das demonstrações financeiras anexas, os métodos integral e da equivalência patrimonial conforme aplicável.

No método de consolidação integral os saldos e transacções significativas entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado na rubrica "Interesses minoritários".

No método de equivalência patrimonial, as participações estão registadas pelo custo de aquisição, acrescido (ou reduzido) do valor correspondente à proporção nas restantes rubricas do capital próprio na data da sua aquisição e resultados posteriores.

Em ambos os métodos foram eliminados os resultados provenientes das operações efectuadas entre as empresas compreendidas na consolidação, se significativos, quando ainda incluídos nos valores contabilísticos dos activos.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas compreendem essencialmente despesas de instalação, aumentos de capital, investigação e desenvolvimento, formação relativa a novos produtos e material de conservação e reparação (peças e sobressalentes) necessário à assistência técnica ao parque de equipamentos e sistemas instalados no mercado. Estas despesas encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes. Em 2003 procedeu-se à alteração do critério de amortização, ao utilizar as taxas mínimas para os bens adquiridos no exercício. Com excepção das despesas de investigação e desenvolvimento, que são amortizadas em 5 anos, o período de amortização do imobilizado incorpóreo passou de 3 anos para 6 anos (Nota 25).

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliadas de acordo com as disposições legais do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas médias úteis estimadas:

Anos médios de vida útil

Edifícios e outras construções	50
Instalações	10
Equipamento básico	4
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo.....	8

c) Locação financeira

O Grupo utiliza o método financeiro na contabilização dos contratos de locação financeira celebrados com terceiros. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos nas rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 23.b), são registadas como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

d) Existências

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

e) Títulos negociáveis e outras aplicações financeiras

Os títulos negociáveis e outras aplicações financeiras são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou de mercado.

f) Acréscimos e diferimentos

O Grupo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

g) Subsídios recebidos para financiamentos de imobilizações corpóreas

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de imobilizações corpóreas são registados no passivo, como proveitos diferidos, na rubrica acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas.

24. Activos e passivos expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as cotações vigentes em 31 de Dezembro de cada ano. As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados consolidados do exercício.

VI. Detalhe de algumas rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados**25. Despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento**

A rubrica despesas de instalação engloba, a 31 de Dezembro de 2003, os valores ao custo de aquisição despendidos com a expansão do Grupo, designadamente aumentos de capital nos últimos exercícios. Estas despesas são amortizadas em 3 anos se registadas até 2002 e em 6 anos para aquisições do exercício.

A rubrica despesas de investigação e desenvolvimento, engloba as despesas com formação técnica no estrangeiro em novos equipamentos comercializados, desenvolvimento de produtos próprios, bem como despesas referentes a estudos de mercado. Estas despesas são amortizadas em 3 anos se registadas até 2002 e em 5 anos se investidas no exercício (Nota 23 a)).

27. Movimento do activo imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO	<i>Saldo inicial</i>	<i>Aumentos</i>	<i>Alienações</i>	<i>Transf., abates e ajustam.</i>	<i>Saldo final</i>
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	1.995.824	1.498.568	-	54.459	3.439.933
Despesas de investigação e desenvolvimento	5.956.602	2.586.383	-	1.309.254	7.233.731
Propriedade industrial e outros direitos	2.261	-	-	-	2.261
Outras imobilizações incorpóreas	4.558.348	395.690	-	1.575.468	3.378.570
Imobilizações em curso	1.930.154	319.180	-	1.930.154	319.180
	14.443.189	4.799.820	-	4.869.335	14.373.675
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	2.048.495	534.625	-	-	2.583.120
Edifícios e outras construções	6.217.251	1.697.976	-	-	7.915.226
Equipamento básico	13.597.513	168.704	2.925	178.459	13.584.832
Equipamento de transporte	1.431.222	1.679	35.151	-	1.397.750
Ferramentas e utensílios	61.846	125	-	8.008	53.962
Equipamento administrativo	1.930.612	195.120	2.968	12.907	2.109.857
Outras imobilizações corpóreas	218.740	-	-	33.936	184.804
	25.505.678	2.598.229	41.045	233.311	27.829.552
Investimentos financeiros					
Empresas do grupo	193.040	113.845	-	-	306.885
Títulos e outras aplic. financeiras	1.824.093	110.258	28.750	-	1.905.601
	2.017.133	224.104	28.750	-	2.212.486
	41.966.000	7.622.153	69.795	5.102.645	44.415.713
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
	<i>Saldo inicial</i>	<i>Aumentos</i>	<i>Alienações</i>	<i>Transf. e abates</i>	<i>Saldo final</i>
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	885.394	646.218	-	112.996	1.418.615
Despesas de investigação e desenvolvimento	2.441.805	1.181.901	-	921.768	2.701.938
Propriedade industrial e outros direitos	276	413	-	-	689
Outras imobilizações incorpóreas	3.578.833	741.123	-	1.575.468	2.744.489
	6.906.308	2.569.655	-	2.610.232	6.865.731
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	204.833	129.581	-	-	334.414
Equipamento básico	11.534.126	587.663	2.165	45.116	12.074.508
Equipamento de transporte	858.939	341.900	24.169	(1)	1.176.670
Ferramentas e utensílios	33.494	8.831	-	1.097	41.228
Equipamento administrativo	1.669.382	121.338	-	(42.205)	1.832.925
Outras imobilizações corpóreas	120.589	597	-	31.922	89.264
	14.421.363	1.189.910	26.335	35.929	15.549.009
	21.327.670	3.759.565	26.335	2.646.161	22.414.740

As alienações de imobilizações corpóreas geraram mais-valias de €360.082, registadas nos resultados extraordinários (Nota 45).

36. Informação por segmentos

Para efeitos de apresentação de uma imagem da actuação das empresas consolidantes devidamente segmentada entendeu-se adequado proceder a agrupamentos em função dos tipos de actividade. Assim, adoptaram-se os seguintes segmentos relatáveis:

Networks – inclui-se aqui, fundamentalmente, a actividade ligada a telecomunicações e afins;

T.I. – compreende a actividade desenvolvida no âmbito das tecnologias da informação;

RH e Consultoria – engloba os serviços às empresas nas vertentes de consultoria e de apoios nas áreas da contabilidade, assistência jurídica, fiscal, etc.

Publicidade – como o próprio nome indica, reúnem-se aqui as actividades desenvolvidas no campo da publicidade, quer por recurso aos modernos meios electrónicos quer a tradicional.

Os valores consolidados incluem a empresa E-Tempus SGPS mas, porque a maioria dos seus réditos não tem origem em vendas a clientes externos, não é incluída nos segmentos relatáveis. Esta empresa afecta negativamente os resultados operacionais em cerca de 106 mil euros.

	Networks	T. I.	R.H. e Cons,	Publicid.	Eliminações	Consolidado
RÉDITOS						
Vendas externas	16.601.172	6.614.797	276.580	3.496.141		
Vendas inter-segmentais	606.250	1.043.500	358.750	74.500	-2.107.000	
Réditos Totais	17.207.422	7.658.297	635.330	3.570.641	-2.107.000	27.686.276
RESULTADOS						
Resultados segmentais	838.965	-1.379.094	-104.092	628.038		-110.434
Gastos da Empresa não imputados						
Resultados operacionais						-110.434
Gastos de juros						-1.465.339
Proveitos de juros						257.874
Parte de lucros líquidos em associadas						113.845
Impostos s/ lucros						-240.309
Resultados de act. ordinárias						-1.444.362
Perdas extraordinárias						-585.900
Interesses minoritários						219.009
Resultado Líquido						-1.811.253
OUTRAS INFORMAÇÕES						
Activos do segmento	17.960.045	5.688.321	63.677	1.701.930		25.300.973
Investimento em Associadas						2.212.486
Activos da empresa não imputáveis						13.093.210
Activos totais consolidados						40.606.669
Passivos do segmento	10.520.826	4.172.959	-162.078	154.174		15.222.936
Passivos da empresa não imputados						24.124.632
Passivos totais consolidados						39.347.568
Dispêndios de capital fixo	501.231	281.455	0	8.776		791.462
Depreciações	2.552.470	955.379	11.378	175.700		3.759.565
Outros gastos não desembolsados diferentes da depreciação	242.519	221.670	22.557	25.774		512.520

39. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais, nos exercícios de 2003 e 2002, foram de € 843.894 e € 1.094.393, respectivamente. De acordo com os seus estatutos a empresa-mãe é responsável pelo pagamento de pensões de reforma aos Administradores que tenham desempenhado funções na empresa-mãe durante um mínimo de quinze anos, podendo a Assembleia Geral, em casos excepcionais, deliberar a atribuição deste benefício se não se encontrarem satisfeitas aquelas condições. No decurso de 2003 e 2002 não se verificaram pagamentos por não existir nenhum órgão de gestão nestas condições.

41. Reavaliação de imobilizações corpóreas (Legislação)

O Grupo procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 430/78, de 27 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro

Uma parte (40%) das amortizações adicionais futuras, resultantes destas reavaliações, não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC).

No ano de 2003 a empresa-mãe reavaliou os edifícios do seu imobilizado com base no valor corrente de mercado. O montante referente às amortizações decorrentes desta reavaliação não é aceite para efeitos da determinação da matéria colectável em imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas.

44. Demonstração de Resultados Financeiros Consolidados

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	2003	2002
Custos e Perdas:		
Perdas em empresas interligadas	-	32.011
Juros suportados	1.547.771	1.817.234
Diferenças de câmbio desfavoráveis	166.140	1.033.397
Descontos de p. p. concedidos	741	2.594
Outros custos e perdas financeiras	161.530	105.905
	1.876.181	2.991.141
Resultados financeiros	(1.093.549)	(1.843.101)
Proveitos e Ganhos:		
Ganhos em empresas interligadas	113.845	65.759
Juros obtidos	7.592	94.616
Diferenças de câmbio favoráveis	581.067	978.018
Descontos de p. p. obtidos	918	2
Outros proveitos e ganhos financeiros	79.210	9.645
	782.632	1.148.040

45. Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidados

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	2003	2002
Custos e Perdas:		
Donativos	141.379	35.621
Dívidas incobráveis	105.170	136.212
Perdas em imobilizações (Nota 27)	-	1.945.980
Multas e penalidades	2.336	3.147
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.007.379	1.098.106
Outros custos e perdas extraordinárias	242.016	756.220
	1.498.279	3.975.286
Resultados extraordinários	(686.397)	1.006.844
Proveitos e Ganhos:		
Recuperação de dívidas	-	-
Ganhos em imobilizações (Nota 27)	360.082	55.145
Redução de amortizações e provisões	35.780	11.474
Correcções relativas a exercícios anteriores	149.314	265.771
Outros proveitos e ganhos extraordinários	266.706	4.649.740
	811.882	4.982.130

46. Movimento ocorrido nas provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo Inicial	Aumento	Utilização	Saldo Final
Provisões para clientes de cobrança duvidosa	1.791.376	805.001	616.935	1.979.442
Provisões para outros devedores	163.454	-	-	163.454
	1.954.830	805.001	616.935	2.142.896

Conforme descrito na Nota 15, foram reforçadas em €477.000 as provisões omissas nas empresas do grupo.

47. Locação financeira

Em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas não vencidas, no montante de € 6.886.132, registadas na rubrica "Fornecedores de Imobilizado". Aquelas rendas vencem-se nos próximos exercícios como segue:

	Curto prazo	Médio prazo
2004	604.607	
2005		430.937
2006		432.554
2007 e seguintes		5.418.035
	604.607	6.281.526

50. Empresas do Grupo

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de Investimentos financeiros - Empresas do grupo tem a seguinte composição:

<i>Investimentos</i>	2003	2002
da E-Tempus S GPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.		
na Xecomplex - Equipamentos e Serviços, S.A.	306.885	193.040

51. Existências à guarda de terceiros

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a empresa-mãe possuía fora das suas instalações, à guarda de terceiros, bens no valor global €248.601 e €265.872, respectivamente.

52. Imobilizações Corpóreas

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a empresa-mãe tinha imobilizações corpóreas em poder de terceiros no montante de €2.446.592 e €2.446.592, respectivamente.

53. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003		2002	
	<i>Saldos devedores</i>	<i>Saldos credores</i>	<i>Saldos devedores</i>	<i>Saldos credores</i>
Imposto sobre o Rend. das Pessoas Colectivas	227.223	110.845	215.822	348.277
Imposto sobre o Rend. das Pessoas Singulares		149.278	555	167.415
Imposto sobre o Valor Acrescentado	456.972	797.298	351.909	1.355.784
Contribuições para a Seg. Social		157.550	1.136	347.738
Outros		46		20
	684.196	1.215.017	569.422	2.219.234

54. Outros devedores e outros credores

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003		2002	
	<i>Saldos devedores</i>	<i>Saldos credores</i>	<i>Saldos devedores</i>	<i>Saldos credores</i>
Outros devedores e credores	3.407.220	262.537	3.032.122	225.040
	3.407.220	262.537	3.032.122	225.040

55. Movimento das contas de capital próprio

Estas contas tiveram os seguintes movimentos durante o exercício:

	<i>Saldo inicial</i>	<i>Aumen- tos</i>	<i>Diminui- ções</i>	<i>Transfe- rências</i>	<i>Saldo final</i>			
Capital	15.000.000				15.000.000			
Acções próprias								
Valor nominal	(118.307)		275		(118.582)			
Prémios e descontos	(287.999)	165			(287.834)			
Diferenças de consolidação	(6.443.248)		102.373	c)	(6.545.621)			
Ajust. partes de capital em assoc.	(196.815)	59.250	c)		(137.565)			
Reservas de reavaliação	139.584	1.225.699			1.365.283			
Reserva legal	1.174.181				1.174.181			
Reservas livres	1.712.391	191			1.712.583			
Resultados transitados	(2.504.285)	1.299.802	c)	5.762.237	c)	(2.508.556)	a)	(9.475.276)
Res. consol. líquido do exercício	(2.508.556)	(1.811.253)	b)		2.508.556	a)	(1.811.253)	
	5.966.946	773.855	5.864.885	-	875.915			

a) *Aplicação dos resultados do exercício de 2002*

b) *Resultados líquidos consolidados do exercício de 2003*

c) *Referente aos ajustamentos resultantes das alterações das participações nas subsidiárias e dos ajustamentos iniciais das novas participações*

Reservas de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 41). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital da empresa-mãe.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, a empresa-mãe é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo 5% do resultado líquido anual até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa-mãe, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Diferenças de consolidação: A diminuição verificada nesta rubrica, no montante de € 102.373, resulta da alteração das participações da E-Tempus SGPS.

Resultados Transitados: O aumento de €1.299.802 registado nesta rubrica teve por base:

a utilização por parte da E-Tempus SGPS da provisão para empréstimos accionistas no aumento de capital de uma associada e por via da venda de uma participada – aumento de €859.036 – e,

a aplicação da directriz contabilísticas relativa a impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de 2002 na Compta, SA – montante de €440.766.

A redução no valor de €5.762.237 teve origem:

no reforço das provisões para empréstimos accionistas da E-Tempus SGPS e em pequenas correcções a ajustamentos anteriores – diminuição de €2.627.607,

no abate efectuado na Compta, SA de investimentos de anos anteriores registados em imobilizações incorpóreas, no valor de €2.137.031 e nas provisões criadas para dívidas de clientes – redução total de €2.457.350, e

na diminuição de €677.280 registou-se como consequência de alterações nos resultados transitados das participadas da E-Tempus SGPS.

56. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

Acréscimos de Proveitos:	
Outros acréscimos de proveitos	299.242
	299.242
Custos Diferidos:	
Projectos em curso	18.431
Publicidade e formação	101.397
Contratos de suporte técnico	96.804
Seguros	60.026
Rendas antecipadas	40.663
Outros custos diferidos	86.772
	404.092
Acréscimos de Custos:	
Férias e subsídio de férias	1.040.963
Juros a liquidar	65.048
Outros acréscimos de custos	1.352.227
	2.458.237
Proveitos Diferidos:	
Contratos de suporte técnico	197.140
Projectos em curso	56.523
Outros proveitos diferidos	190
	253.853
Impostos Diferidos:	
Activos por Impostos Diferidos	472.790
Passivos por Impostos Diferidos	2.029.704

57. Caixa e equivalentes

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2003	2002
Numerário	24.789	26.645
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	760.265	2.684.017
	785.054	2.710.661

58. Impostos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos para os exercícios de 1998 e seguintes. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo dos anos de 2000 a 2003 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Segurança Social pode ser revista durante dez anos.

A Administração da empresa-mãe entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003 e 2002.

De acordo com a legislação fiscal vigente, os ganhos ou perdas registados por via da aplicação do método da equivalência patrimonial não são relevantes para efeitos fiscais, mantendo-se a tributação dos dividendos quando distribuídos.

A Empresa registou impostos diferidos resultantes de diferenças temporais entre o momento em que os custos e proveitos são reconhecidos contabilisticamente e o momento em que são reconhecidos para efeito de apuramento da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 508-D, do Código das Sociedades Comerciais, foram-nos apresentadas para exame as contas consolidadas do exercício de 2003 da **COMPTA – Equipamentos e Serviços de Informática, SA.** que compreendem o balanço consolidado, a demonstração de resultados e o anexo a estas duas peças contabilísticas, bem como o respectivo relatório consolidado de gestão.

Procedemos à apreciação dos citados documentos, juntamente com a correspondente certificação legal das contas que aqui se dá por reproduzida e com a qual concordámos.

Por unanimidade, foi deliberado emitir relatório e propor que as contas consolidadas e o relatório consolidado de gestão do exercício de 2003 sejam aprovados pela assembleia geral a que alude o artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 7 de Maio de 2004

O Conselho Fiscal

- António José Caeiro Motta Veiga - Presidente

- José Manuel de Azeredo Vaz Pinto

- Moreira, Valente & Associados, SROC
representada por José de Oliveira Moreira (roc n.º 351)

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 2003, da **COMPTA – Equipamentos e Serviços de Informática, SA.**, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2003 (que evidencia um total de 40.606.669 euros e um total de capital próprio positivo de 875.915 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.811.253 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados; e
 - f) a informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração (ou órgão equivalente), utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **COMPTA – Equipamentos e Serviços de Informática, SA.**, em 31 de Dezembro de 2003, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

ÊNFASES

8. Sem afectar a opinião expressa chamámos a atenção para o seguinte:
- 8.1. No corrente exercício uma das empresas incluídas na consolidação, procedeu à reavaliação livre dos imóveis de que é proprietária, com base em parecer técnico elaborado por avaliadores independentes. Desta avaliação resultou, após a contabilização de um passivo por impostos diferidos no montante de 464.920 euros, uma reserva de reavaliação no montante de 1.225.699 euros.
- 8.2. No presente exercício foram capitalizados por uma empresa do grupo, 2.156.361 euros relativos a projectos desenvolvidos durante o ano. Essa mesma empresa procedeu ao abate na conta de “*Despesas de investigação e desenvolvimento*” do montante de 2.507.048 euros, referente a projectos de desenvolvimento de novas tecnologias, em virtude dos mesmos não terem gerado até ao presente exercício quaisquer proveitos associados. Deste montante, foi reflectido em resultados transitados o valor de 2.137.031 euros.
- 8.3. Os capitais próprios das Empresas, “*COMPTRADING, SA*”, “*S3, SA*”, “*DEZ, SA*”, “*THINK, Lda*”, “*AUDIO MÉDIA, SA*” e “*TECNOTRON, SA*”, incluídas na consolidação encontram-se negativos. Estes montantes encontram-se reflectidos na rubrica “*Diferenças de consolidação*”.

Lisboa, 7 de Maio de 2004

MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC
Nº 196 de inscrição no Registo de Auditores da CMVM
Representada por José de Oliveira Moreira (roc nº 351)

ANEXO

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 250º do Código dos Valores Mobiliários, dispensou a publicação das contas individuais.

Os documentos de prestação de contas alvo desta dispensa encontram-se disponíveis para consulta, juntamente com os restantes, na Sede desta Sociedade, de acordo com o estabelecido pelo Código das Sociedades Comerciais.